

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

A CONTRIBUIÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS  
NO PROCESSO DE ASSESSORIA ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

LUCIA TELES

Porto Alegre  
2012

LUCIA TELES

A CONTRIBUIÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS  
NO PROCESSO DE ASSESSORIA ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Ana Lúcia Suárez Maciel

Porto Alegre  
2012

T269 Teles, Lucia.

A contribuição dos assistentes sociais no processo de assessoria às políticas sociais públicas / Lucia Teles. – 2012.

103 p.; 30 cm.

Orientadora: Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Pontifícia  
Universidade Católica, Porto Alegre, 2012.  
Bibliografia: f. 81- 91.

1. Assessoria. 2. Assistente Social. 3. Competência.  
4. Processo de Trabalho. I. Título.

CDU 364.442.2

Elaborado pela Bibliotecária Clarissa Padovani Mussoi – CRB 10/1775

**LUCIA TELES**

**A CONTRIBUIÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS  
NO PROCESSO DE ASSESSORIA ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de: Mestre em Serviço Social.

E aprovada na sua versão final em 31 de agosto de 2012 atendendo as normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA:**

Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel (Orientadora)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Dra. Jane Cruz Prates  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família (mãe, pai, irmãos, sobrinhos, cunhados).

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

Aos colegas de Caxias do Sul, provocadores do debate acerca das perspectivas teóricas, políticas e éticas que guiam o trabalho e a vida.

Às pessoas que, de um modo ou de outro, compartilharam e contribuíram com a construção dessa dissertação.

De modo especial, agradeço a duas pessoas que sempre me incentivaram a seguir adiante, sobretudo nos momentos em que mais precisei de uma direção (minha querida sobrinha e colega, Heloísa Teles, e meu noivo, Renato Mussatto).

## EPÍGRAFE

“[...] de nuestros miedos nacen nuestros corajes, y en nuestras dudas viven nuestras certezas, los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios otra razón, en los extravíos nos esperan los hallazgos, porque es preciso perderse para volver a encontrarse” (GALEANO, 2008).

## RESUMO

O presente estudo aborda o trabalho dos assistentes sociais no processo de assessoria. O objetivo geral foi refletir acerca das contribuições teóricas e operacionais dos assistentes sociais no processo de assessoria junto às políticas sociais públicas na perspectiva da sua qualificação, sintonizando-as com os desafios postos na garantia de direitos sociais. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico. Para responder como o processo de assessoria vem sendo apreendido e operacionalizado pelos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais públicas, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre assessoria na área do Serviço Social, tendo como fontes: livros, trabalhos de pós-graduação e Anais dos principais eventos da categoria (CBAS e ENPESS); pesquisa documental nos materiais (plano e relatórios) produzidos durante o processo de assessoria realizado pela universidade de Caxias do Sul ao órgão gestor da política de assistência social do município de Caxias do Sul (lôcus da pesquisa empírica) e pesquisa de campo, através de entrevistas com os sujeitos partícipes do referido processo de assessoria. No tratamento dos dados foi efetivada a análise de conteúdo baseada em Bardin (1977). Como principais resultados o estudo ressaltou a importância do compromisso ético-político, apropriação teórico-metodológica e técnico-operativa do assessor para problematizar, mobilizar e potencializar o exercício profissional e/ou a participação social dos sujeitos na defesa e materialização dos direitos sociais. Igualmente, se destaca que esse trabalho requisita estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para alcançar os objetivos propostos e proporcionar aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto dos assessores. Destaca-se também que a pesquisa apontou a relevância do processo de assessoria para a qualificação técnico-política dos trabalhadores sociais e da política de assistência social em Caxias do Sul. Com base nesses resultados, conclui-se que o trabalho dos assistentes sociais no processo de assessoria se diferencia de outros profissionais devido à direção político-profissional na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e menos excludente, da universalização do acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sociais das políticas sociais públicas e na defesa intransigente dos direitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assessoria. Assistente Social. Competência. Processo de trabalho

## ABSTRACT

The study examines the work of social workers in the process of advising. The general objective was to reflect on the theoretical and operational contributions of social workers in the process of consultation with the public social policies in terms of their qualifications, attuning them to the challenges faced in ensuring social rights. This is a quantitative and qualitative research, guided by the critical-dialectical method. To respond to the advisory process has been seized and operated by social workers within the public social policies, bibliographic search was done on advice in the area of Social Work, whose sources: books, papers and graduate Annals of the main events category (CBAS, ENPESS); documentary research materials (plan and reports) produced during the process of counseling conducted by the University of Caxias do Sul to the managing agency of social assistance policy of the city of Caxias do Sul (locus of empirical research) and field research, through interviews with the subjects of that process participants advice. In the treatment of the data was carried out content analysis based Bardin (1977). As the main results of the study highlighted the importance of ethical-political appropriation theoretical-methodological and technical advisor to discuss the operational, mobilize and enhance professional practice and / or social participation of individuals in the defense and realization of social rights. Also, this work stands out orders studies, surveys, group discussions, improvement and continuous upgrading to achieve the proposed objectives and provide collective learning, both of assisted as advisors. Also noteworthy is that the research pointed out the relevance of the advisory process for qualifying technical policy of social workers and social assistance policy in Caxias do Sul Based on these results, we conclude that the work of social workers in the process advisory differentiates itself from other professionals due to political and professional leadership from the perspective of building a fairer and less exclusionary of universal access to services, programs, projects and social benefits of public social policies and intransigent defense of social rights.

**KEYWORDS:** Advising. Social Worker. Competence. Working process



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento das Produções Teóricas sobre Assessoria .....	92
Quadro 2 – Artigos sobre assessoria identificados nos CBAS .....	41
Quadro 3 – Artigos sobre assessoria identificados nos ENPESS .....	44
Quadro 4 – Síntese final da investigação realizada nos CBAS e ENPESS .....	98
Quadro 5 – Sujeitos do processo de assessoria em Caxias do Sul.....	99

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CF/88 – Constituição Federal de 1988  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social  
FAS – Fundação de Assistência Social  
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social  
GTT – Grupo Técnico de Trabalho  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
ONG – Organização Não Governamental  
PIA – Plano Individual de Atendimento  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
RJ – Rio de Janeiro  
RS – Rio Grande do Sul  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Assistência Social  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UCS – Universidade de Caxias do Sul  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS COMO LÓCUS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: A DIREÇÃO SOCIAL DO TRABALHO EM DEBATE.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 OS LIMITES E DESAFIOS PRESENTES NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS: MEDIAÇÕES PARA A MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>3 O ESTADO DA ARTE SOBRE ASSESSORIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 APROXIMAÇÕES COM AS CONCEPÇÕES DE ASSESSORIA NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DECORRENTES DAS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA NOS CBAS E ENPESS .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.1 AS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA COM ENFOQUE NA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSESSORIA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAXIAS DO SUL .....</b>	<b>57</b>
<b>4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE ASSESSORIA .....</b>	<b>57</b>
<b>4.2 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS REQUISITADAS NO PROCESSO DE ASSESSORIA .....</b>	<b>75</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DE DADOS.....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL .....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE E – SÍNTESE DOS DADOS COLETADOS NOS CBAS E ENPESS .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE F – SUJEITOS DO PROCESSO DE ASSESSORIA EM CAXIAS DO SUL .....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO B – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema de investigação o processo de assessoria. A delimitação do estudo aborda a contribuição do assistente social na apreensão e operacionalização do processo de assessoria.

O interesse pelo tema e a escolha do município de Caxias do Sul (RS) enquanto locus de pesquisa provém de experiências vivenciadas no acompanhamento e participação da pesquisadora (mestranda) no processo de assessoria desenvolvido pela Universidade de Caxias do Sul ao órgão gestor municipal da assistência social. A participação da autora no processo de assessoria ocorreu em dois momentos distintos: a) enquanto estagiária de Serviço Social nas atividades de extensão da universidade e; b) enquanto profissional prestando assessoria às entidades da rede socioassistencial.

Somados a essas experiências, destaca-se o desafio de realizar um estudo, a partir da escassa bibliografia na área do Serviço Social, para instigar o debate sobre a relevância dessa temática no âmbito das políticas sociais públicas, visando contribuir com reflexões do meio acadêmico e dos espaços ocupacionais.

Diante do tema e das motivações do estudo, o problema de pesquisa parte da seguinte interrogação: como o processo de assessoria vem sendo apreendido e operacionalizado pelos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais públicas?

Com vistas a responder ao problema de pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: Qual a contribuição da produção de conhecimentos na área do Serviço Social, no período de 1993 a 2010, sobre o processo de assessoria? Como se efetivou o processo de assessoria junto à política de assistência social no município de Caxias do Sul? Quais são as competências requisitadas para o trabalho dos assistentes sociais no processo de assessoria?

O objetivo geral desta investigação foi refletir acerca das contribuições teóricas e operacionais feitas pelos assistentes sociais no processo de assessoria junto às políticas sociais públicas na perspectiva da sua qualificação, sintonizando-as com os desafios postos na garantia de direitos sociais.

Os desdobramentos desse objetivo resultaram nos seguintes objetivos específicos: mapear a produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre o processo de assessoria com vistas à identificação das suas contribuições acadêmicas, profissionais e

sociais; caracterizar o processo de assessoria, empreendido pelos assistentes sociais, junto à política de assistência social, a partir da experiência no município de Caxias do Sul; refletir sobre o trabalho do assistente social no processo de assessoria, a partir da indicação das competências requeridas para o exercício qualificado dessa atribuição.

Para responder os objetivos propostos foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa fundamentada no método dialético crítico, tendo em vista “[...] o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo” (PRATES, 2010, p. 05). E, considerando que é por meio do método dialético-crítico que se busca incidir profundamente na análise dos fenômenos sociais, a partir da apreensão do real, que se apresenta de forma móvel, múltipla, diversa e contraditória (LEVEVRE, 1995).

Dessa forma, o método subsidia as discussões e problematizações sistematizadas<sup>1</sup> “[...] de modo processual, aproximativo e reflexivo, [da] relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidades” (GUERRA, 2010, p. 178). As categorias teóricas do método<sup>2</sup> eleitas para a análise e interpretação dos dados foram: historicidade, contradição, totalidade e mediação. A historicidade possibilita a apreensão e interpretação da realidade pesquisada “[...] em sua concretude e em seu movimento, [buscando] uma compreensão adequada do fenômeno” (MARTINELLI, 1993, p. 139). A contradição busca “expressar o real contraditório como ele é nas relações sociais a matéria dessa expressão, e como essas relações articulam o discurso pedagógico com a totalidade” (CURY, 1995, p. 16).

A totalidade “não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa cada vez mais ampla” (CURY, 1995, p. 27). A mediação “expressa às relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo, [...] implica uma conexão dialética de tudo o que existe, uma busca de aspectos afins, manifestos no processo em curso” (CURY, 1995, p. 43).

---

<sup>1</sup> Nas sistematizações ao longo do estudo “[...] foram observadas: mediações utilizadas, privilegiando o desvendamento de contradições; o uso da história como contraprova e o reconhecimento da processualidade da realidade social (historicidade); realização de conexões entre questões singulares e globais, de ordem política, econômica, social e cultural, reconhecendo sua interdependência e identificando suas múltiplas determinações (totalidade); clareza teleológica, no sentido de buscar estratégias concretas de transformação da realidade social (teleologia)” (PRATES, 2003a, p. 202).

<sup>2</sup> As categorias são “formas de ser, determinações da existência e não meros conceitos. [...] expressam relações e compreender as relações, é o segredo de um processo de investigação” (LUKÁCS, 1978, p. 28). As categorias “são mutuamente implicadas e de tal forma que a exposição e explicação de uma já é e exige a explicação e exposição das outras” (CURY, 1995, p. 15).

Em relação às categorias explicativas da realidade, foram definidas assessoria e competência, explicitadas ao longo da dissertação e fundamentadas nos referenciais teóricos de autores da área do Serviço Social que vem sistematizando, a partir de suas produções, subsídios para compreensão das competências dos assistentes sociais nos processos de assessoria.

Nessa perspectiva, o processo de investigação foi efetivado a partir de pesquisa bibliográfica<sup>3</sup>, documental<sup>4</sup> e de campo<sup>5</sup>. Na pesquisa bibliográfica, o primeiro passo empreendido implicou na adoção de critérios<sup>6</sup> que delimitaram o universo de estudo. Posteriormente, foi realizada busca de dados relacionados à temática da assessoria no catálogo<sup>7</sup> on-line da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na base de dados do Banco<sup>8</sup> de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nos anais<sup>9</sup> do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS.

Após a busca das fontes<sup>10</sup>, foi efetivada a leitura exploratória para selecionar e verificar se os dados e/ou informações localizados<sup>11</sup> interessavam de fato para o estudo. Feito isso, foi construído/reconstruído o roteiro<sup>12</sup> de coleta e organização dos dados.

---

<sup>3</sup> A “pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 66) atentando-se aos critérios de cientificidade.

<sup>4</sup> Na “pesquisa documental a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 57).

<sup>5</sup> A “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 75).

<sup>6</sup> Os critérios adotados foram: publicações de autores com formação em Serviço Social, no idioma português e no período de 1993 a 2010. A abrangência cronológica foi eleita em função do registro formal da assessoria na legislação que regulamenta a profissão, Lei nº 8662/93 (BRASIL, 1993).

<sup>7</sup> No catálogo on-line da biblioteca a busca foi efetivada através das palavras-chave: assessoria e Serviço Social.

<sup>8</sup> No Banco de Teses da Capes, foram pesquisadas as dissertações/teses dos Cursos de Pós-graduação em Serviço Social, cadastradas no período de 1993 a 2010, a busca foi realizada por meio das palavras-chave: assessoria, Serviço Social e assistente social.

<sup>9</sup> Referente aos CBAS e ENPESS foram pesquisados os artigos disponibilizados em CD ROM e que abordavam a assessoria no título e/ou nas palavras-chave. A delimitação temporal, 2001 a 2010, foi definida em função da dificuldade de acesso aos anais dos eventos.

<sup>10</sup> As fontes selecionadas no processo investigativo foram: livros, periódicos, dissertações/teses e anais dos CBAS e ENPESS.

<sup>11</sup> O mapeamento da produção do conhecimento, na área do Serviço Social, que aborda a temática da assessoria está sistematizado no Apêndice A.

<sup>12</sup> O roteiro foi construído-reconstruído várias vezes, no processo de estudo exploratório, com a finalidade de facilitar a organização dos dados coletados. Sua versão final contemplou a identificação da (s): referências bibliográficas; concepções de assessoria; espaços sócios ocupacionais, e; contribuições para o estudo proposto.

Posteriormente, os dados foram classificados, codificados e tabulados para análise e interpretação. Em síntese, foram realizadas leitura (s)

**de reconhecimento do material bibliográfico** – leitura rápida que objetiva localizar e selecionar informações e/ou dados referentes ao tema. Momento de incursão em bibliotecas e bases de dados computadorizadas; **exploratória** – momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos; **seletiva** – procura determinar o material que de fato interessa ao relacioná-lo diretamente com os objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes é quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários; **reflexiva ou crítica** – estudo crítico do material, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações contidas na obra. É realizada nos textos escolhidos como definitivos e busca responder os objetivos da pesquisa. Momento de compreensão das afirmações do autor e do por que dessas afirmações; **interpretativa** – é o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das ideias do autor acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador (LIMA, 2006, p. 88).

Referente à pesquisa documental<sup>13</sup>, foram consultados materiais relacionados à experiência de assessoria realizada no município de Caxias do Sul. Destes, foram selecionados dez relatórios técnicos produzidos no período do processo de assessoria, a saber: Relatório técnico final: desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF Caxias do Sul, em 2008; Relatório de atividade de extensão: desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF Caxias do Sul em 2010 (assessoria e consultoria); e oito Relatórios técnicos finais das Entidades, 2008-2010.

Em relação à pesquisa de campo, a coleta de dados foi realizada com os partícipes da experiência de assessoria desenvolvida em Caxias do Sul, a partir de entrevistas individuais semiestruturadas com os sujeitos<sup>14</sup> que participaram do processo de assessoria. A seleção<sup>15</sup> dos sujeitos efetivou-se mediante a amostragem não probabilista intencional, com a finalidade de “trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, valorizando a fala do sujeito e suas vivências” (MARTINELLI, 1993, p. 13).

---

<sup>13</sup> Foi utilizado um roteiro de análise documental, exposto no Apêndice C.

<sup>14</sup> A ideia inicial era entrevistar os trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) e os representantes da FAS, do CMAS e da UCS. Entretanto não foi possível em função da dificuldade de acesso aos trabalhadores sociais. A tentativa de contato foi através de ligações nos espaços sócio ocupacionais (entidades), entretanto, foi constatado que apenas duas assistentes sociais que haviam participado desde o início da assessoria estavam trabalhando no mesmo local. Em vista disso, não foram realizadas entrevistas, mas sim pesquisa documental dos relatórios técnicos produzidos no processo de assessoria em Caxias do Sul.

<sup>15</sup> Os critérios utilizados na seleção dos sujeitos foram: tempo de participação na atividade e assiduidade, qualidade da participação e disponibilidade para responder as entrevistas.

Em vista disso, para compor intencionalmente a amostra da pesquisa, foram convidados para responder as entrevistas os representantes da Fundação de Assistência Social (FAS), do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e da Universidade de Caxias do Sul (UCS) que contribuíram para a realização do processo de assessoria em Caxias do Sul no período de 2008 a 2010. Ou seja, cinco vinculados a FAS, dois do CMAS e sete da UCS. Do total de quatorze pessoas, sete aceitaram responder as entrevistas. Por isso, foi definida uma amostra com sete sujeitos, dois da FAS, um do CMAS e quatro da UCS.

A partir dos dados e informações coletadas nas entrevistas<sup>16</sup>, os mesmos foram classificados, codificados e tabulados para a interpretação e análise. Nos dados quantitativos foi realizado o tratamento estatístico simples e sua sistematização foi efetivada a partir de quadros. Nos dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo<sup>17</sup>, com base em Bardin (1977), de recorte temático (significados, temas e frequência de aparição), a fim de mostrar os resultados da pesquisa.

A análise de conteúdo das entrevistas foi efetivada a partir de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise foram realizadas: leitura flutuante das transcrições<sup>18</sup>, escolha dos dados/informações coletados nas entrevistas e preparação do material (BARDIN, 1977). Na etapa de preparação do material foi composto o *corpus* de análise a partir da transcrição das entrevistas, e organizados mapas qualitativos com base nas: respostas de cada entrevistado, categorias explicativas da realidade, categorias empíricas e observações.

Na exploração do material os dados brutos foram codificados para que fosse possível o estabelecimento dos núcleos de sentidos das falas dos sujeitos. Cabe ressaltar que nesta etapa foram realizadas leituras e releituras dos dados coletados com o objetivo de captar a essência das respostas. E, por fim, no tratamento dos resultados foi realizada a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas articulados aos objetivos da pesquisa e a fundamentação teórica.

---

<sup>16</sup> Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, exposto no Apêndice D.

<sup>17</sup> A análise de conteúdo é definida como “um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN 1977, p. 42). Através da análise temática busca-se “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105).

<sup>18</sup> Salienta-se que após a transcrição das entrevistas as sistematizações foram devolvidas aos participantes para a obtenção do reconhecimento, da validação e da autorização para a utilização desse material na dissertação de mestrado.



Sobre os cuidados éticos<sup>19</sup>, inicialmente apresentou-se uma carta de conhecimento da pesquisa aos chefes de serviço e solicitou-se a autorização para a execução da investigação. Posteriormente, foi realizado contato telefônico com os sujeitos da pesquisa para explicitar os objetivos do estudo e agendar a entrevista, mediante Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido assinado pelos entrevistados, pela pesquisadora (mestranda) e orientadora. Por fim, ressaltou-se que a dissertação será disponibilizada em formato eletrônico e impresso pela Biblioteca Central da PUCRS à comunidade em geral.

Essa dissertação está estruturada em cinco capítulos, incluindo a presente introdução e as considerações finais.

No segundo capítulo, problematiza-se a direção social do trabalho dos assistentes sociais na perspectiva da emancipação dos sujeitos, em consonância ao projeto ético-político da categoria profissional, e na perspectiva da subalternização dos sujeitos. Também, apresentam-se alguns limites e desafios presentes nas intervenções profissionais para a mediação e materialização dos direitos sociais.

No terceiro capítulo sistematiza-se a produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre assessoria, inicialmente apresentam-se as concepções dos autores e posteriormente as experiências de assessoria relatadas nos CBAS e nos ENPESS.

No quarto capítulo, caracteriza-se uma experiência de assessoria junto a política de assistência social no município de Caxias do Sul e explicita-se as competências requisitadas para realizar o processo de assessoria junto as políticas sociais públicas.

No quinto capítulo, considerações finais, ressalta-se a importância do processo de assessoria e destacam-se as contribuições dos assistentes sociais no processo de assessoria junto às políticas sociais públicas. Por fim, apresentam-se os apêndices e os anexos relacionados à pesquisa.

---

<sup>19</sup> Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi encaminhado à Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social e, posteriormente, ao Comitê de Ética da Universidade. Após a aprovação dos Comitês, no segundo semestre de 2011, iniciou-se o processo investigativo com os sujeitos da pesquisa.

## **2 AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS COMO LÓCUS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se a execução das políticas públicas, embora seja esse ainda o perfil predominante, constata-se que não é mais o exclusivo. A partir da descentralização das políticas sociais, com ênfase na sua municipalização, requisitam-se dos assistentes sociais, assim como de outros profissionais, novas funções e competências na esfera da gestão, da avaliação e da assessoria (IAMAMOTO, 2008).

Particularmente na assessoria, destaca-se que a direção social do trabalho tanto pode ser na perspectiva da materialização dos direitos sociais quanto na redução de direitos, bem como cabe indagar acerca dos interesses e segmentos para o qual a assessoria está sendo demandada.

Nessa direção, inicialmente problematiza-se a direção social do trabalho dos assistentes sociais e os instrumentos normativos do projeto ético-político e, posteriormente, identificam-se alguns limites e desafios presentes na intervenção profissional desses profissionais na mediação das políticas sociais públicas e materialização dos direitos sociais.

### **2.1 O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: A DIREÇÃO SOCIAL DO TRABALHO EM DEBATE**

Os projetos profissionais apresentam a “[...] autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício” (NETTO, 1999, p. 95). Além disso, “prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas” (NETTO, 1999, p. 95).

No caso do Serviço Social, desde a década de setenta, o projeto profissional, conhecido como projeto ético-político, está se desenvolvendo e se consolidando articulado as demandas, as necessidades e aos interesses da classe trabalhadora. Isso significa que

[...] não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e status da categoria na sociedade inclusiva – e no mercado de trabalho em particular – de modo a obter vantagens [...]. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais [...] o projeto os ultrapassa, porque é histórico e datado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão da universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional. Isto porque estabelece um norte, quanto à forma de operar o trabalho, impregnando-o de interesses da coletividade (IAMAMOTO, 2008, p. 227).

A construção coletiva envolveu os sujeitos, em torno de uma valoração ética, “vinculada a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 109) pautada na equidade, na liberdade e na justiça social.

Nessa perspectiva, os instrumentos normativos<sup>20</sup> que direcionam e legitimam o trabalho profissional contemplam dimensões<sup>21</sup> jurídico-política, político-organizativa e produção de conhecimentos da profissão “não se limitam a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais” (NETTO, 1999, p. 98-99).

Por isto mesmo, em consonância a Netto (1999), “a designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (p. 98-99) articulado ao trabalho na perspectiva da “universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania [...] como condição para a garantia dos direitos” (p. 109).

Nessa direção, os princípios do Código de Ética direcionam/orientam o trabalho dos assistentes sociais na perspectiva da construção de uma sociedade que “propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e

---

<sup>20</sup> Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social.

<sup>21</sup> Em consonância a Reis (2007) a dimensão jurídico-política contempla um “conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos [...] construídos e legitimados pela categoria” (p. 6). Na dimensão político-organizativa tem-se “os fóruns de deliberação [...] as entidades representativas da profissão, [...] a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior” (p. 6). E, na produção de conhecimentos tem-se “a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos profissionais, especulativos e prospectivos” (p. 5).

alienação” (CFESS, 1997, p. 16). Dentre os princípios fundamentais do Código, destacam-se o (a)

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes [...]; Defesa intransigente dos direitos humanos [...]; Ampliação e consolidação da cidadania; Defesa do aprofundamento da democracia; Posicionamento em favor da equidade e justiça social [...]; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo [...], compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária [...]; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais [...]; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 23-24).

Esses princípios “sustentam a intervenção profissional e, ao serem anunciados e reafirmados tanto na instância institucional, como na relação com os usuários do trabalho do assistente social, contribuem para” (COUTO, 2009, p. 10) direcionar o trabalho na perspectiva da emancipação dos sujeitos e na busca da garantia de direitos. Por isso, devem estar articulados entre si, complementando-se em uma perspectiva de totalidade e vivenciados pela categoria no cotidiano de trabalho.

Quanto aos deveres dos assistentes sociais em relação aos usuários, também considerados, pela autora dessa dissertação, como diretrizes do trabalho, ressaltam-se

[...] viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, [...] informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários; democratização das informações e do acesso aos programas disponíveis no espaço institucional; devolução das informações colhidas em estudos ou pesquisas [...]; informações concernentes ao trabalho desenvolvido [...] e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional. [...] criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários; [esclarecimento] dos objetivos e amplitude da atuação profissional (CFESS, 1993, p. 17).

Afere-se que esses deveres/diretrizes indicam “o modo de operar o trabalho, estabelecendo balizas para a sua condução” (IAMAMOTO, 2008, p. 226) a partir da “visibilidade<sup>22</sup>, responsabilidade compartilhada, qualidade, integralidade e resolutividade”

<sup>22</sup> “**Visibilidade**: os discursos, ações e documentos devem ser expressos com clareza e inteligibilidade aos destinatários dos serviços, sejam eles usuários ou não, à direção e aos funcionários das entidades. Isto requer regras e objetivos claros e alcançáveis; **responsabilidade compartilhada**: as proposições, a operacionalização e articulação entre as diferentes entidades e políticas sociais são compromissos de todos os envolvidos seja nos processos decisórios, seja na gestão dos mesmos, que inclui responsabilização pelo direito do cidadão e qualidade da ação; **qualidade**: concebida pela associação entre atender com agilidade e qualidade às

(OLIVEIRA, M., 2007, p. 4) das intervenções profissionais na perspectiva da “autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais na busca de uma organização sem dominação” (VASCONCELOS, 2007, p. 1) e exploração. Isso implica necessariamente no compromisso com a defesa dos direitos sociais, civis e políticos, formação de uma cultura política democrática, construção da cidadania e consolidação da esfera pública (IAMAMOTO, 2005).

Nessa direção à Lei de Regulamentação da Profissão, também elaborada de forma coletiva pela categoria e balizada pelos órgãos diretivos, definiu o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo no marco da divisão sócio técnica do trabalho que, embora não disponha de teoria própria, e nem seja uma ciência, constitui uma área de produção de conhecimentos (NETTO, 1999), que demanda competências, habilidades e atitudes para identificar estratégias e alternativas de enfrentamento das expressões da questão social.

Cabe destacar que no campo da competência<sup>23</sup> profissional a atividade de assessoria, temática de pesquisa dessa dissertação de mestrado, não é prerrogativa exclusiva dos assistentes sociais, desse modo, pode ser desenvolvida por diferentes profissionais. Mas, no campo das atribuições<sup>24</sup> privativas, em matéria do Serviço Social, a assessoria só pode ser realizada por um profissional graduado na área.

Em relação às Diretrizes<sup>25</sup> Curriculares (ABEPSS, 1996), elas delimitam o campo de formação profissional e tem como pressuposto a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) visando à intervenção profissional nos processos sociais de forma dinâmica, flexível e assegurando elevados padrões de qualidade na formação profissional,

processo que envolve educação permanente e desenvolvimento de competências e habilidades teóricas e técnico-operativas. Inicia-se na graduação e desenvolve-se em ciclos continuados e crescentes que exigem

---

necessidades do usuário, no sentido da melhoria de suas condições de vida; **integralidade**: nas ações, independentes, da instituição, programa, projeto, [...] serviço, uma vez que a garantia de assistência integral exige complementaridade de ações; **resolutividade**: as ações são realizadas considerando os princípios da democracia, dos direitos humanos, da emancipação e com competência técnica do saber fazer bem, sabendo por que faz, além de compromisso ético-político” (OLIVEIRA, M., 2007, p. 4, grifo nosso).

<sup>23</sup> Competências são qualificações profissionais para prestar serviços independentemente da categoria profissional (CFESS, 1993)

<sup>24</sup> Atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, em função da formação profissional (CFESS, 1993).

<sup>25</sup> As Diretrizes Curriculares foram definidas a partir dos princípios da flexibilidade curricular; rigor teórico, histórico e metodológico; adoção de uma teoria social crítica para a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; exercício do pluralismo; busca de superação da fragmentação de conteúdos e das dimensões de ensino, pesquisa e extensão e visam à capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (ABEPSS, 1996).

a inserção do profissional em pós-graduações, atualizações, capacitações permanentes, participações em espaços de socialização de conhecimentos e experiências e o exercício da pesquisa social como atividade inerente à prática profissional (BOURGUIGNON, 2007, p. 5).

Portanto, o Código de Ética, a Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares, instrumentos normativos do projeto ético-político, representam “a defesa da autonomia profissional, [...] codificam princípios, valores éticos, competências, atribuições, conhecimentos essenciais, que tem força de lei, sendo judicialmente reclamáveis” (IAMAMOTO, 2008, p. 224).

A operacionalização desses instrumentos “supõe o reconhecimento da arena sócio histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e [desafios] à plena realização do projeto” (IAMAMOTO, 2008, p. 230) ético-político na perspectiva emancipatória.

Entretanto, destaca-se que a hegemonia conquistada pelo projeto profissional não significa que a direção social do trabalho seja unânime no interior da categoria<sup>26</sup> profissional, isso porque “a ruptura do quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu as tendências conservadoras [...] pelo contrário [...] a heterogeneidade dos coletivos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a disputa entre projetos diferentes” (NETTO, 2005, p. 291).

Assim, ainda que se tenha uma significativa produção teórica<sup>27</sup> sistematizada em livros, artigos, dissertações e teses defensoras da perspectiva emancipatória do projeto profissional,

ao longo das últimas décadas, tanto no que se refere à clareza de seus princípios e valores, quanto na definição dos conteúdos necessários para a formação de um assistente social com capacidade crítica de análise, criativo e propositivo, isso não vem garantindo a realização de [um trabalho] mediado pelo referido projeto (VASCONCELOS, 2007, p. 13).

Isto significa que “por melhor elaborado que seja nos seus mais diversos aspectos, e por mais projeções que se faça nele em termos de realizações, de valores e intenções, não pode ser garantido só a partir dele mesmo” (PAIVA; SALES, 2003, p. 202). Em outros termos, não “há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto e os resultados

<sup>26</sup> Conforme Lessa (1999) “nenhuma profissão é um todo homogêneo e, entre os assistentes sociais, há disparidades entre liderança intelectual e os setores mais diretamente envolvidos com o ensino e com a atuação no interior dos órgãos estatais. Há ainda, a presença de uma vertente mais conservadora, que adota os limites do capital por horizonte histórico, contudo, apesar de todos esses problemas, além do Serviço Social, qual outra profissão traçou como finalidade, expressa no seu Código de Ética, a superação do capitalismo” (p. 136).

<sup>27</sup> Ver, entre outros, Abreu (2002), Barroco (2008), Iamamoto (2005; 2008), Netto (1999).

derivados de sua efetivação, para decifrar esse processo é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 231) e identificar os limites e os desafios que dificultam o trabalho na viabilização e efetivação dos direitos.

## 2.2 OS LIMITES E DESAFIOS PRESENTES NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Muitos são os impasses para a vida contemporânea, expressos inclusive, no exercício profissional sob qualquer concepção teórico-metodológica. Mas, com certeza, trabalhar na perspectiva emancipatória, uma vez que a mesma efetiva-se em intervenções que exigem *remar contracorrente* (IAMAMOTO, 2005) requisita a capacidade de apreensão e desvendamento das contradições existentes na realidade social.

Há um cenário adverso ao projeto profissional e, portanto, contrário à perspectiva emancipatória, vive-se um “tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida” (IAMAMOTO, 2005, p. 18). Vive-se amplas desigualdades sociais, antagonismos, tensões, “[...] realidade que integra, subsume e recria singularidades, particularidades, nacionalismos, provincianismos, etnicismos, identidades ou fundamentalismo” (IANNI, 2002, p.27).

Considerando este cenário e o fato de que é nele e com ele que o assistente social trabalha, tendo como objeto as múltiplas expressões da questão social, identificam-se alguns limites que dificultam a intervenção profissional. Mas, ao considerar que as alternativas estão colocadas na realidade sendo necessário apropriar-se das mesmas (IAMAMOTO, 2005), identificam-se também alguns desafios que se tornam possibilidades<sup>28</sup> concretas ao trabalho do assistente social.

Assim, entre os limites identificados destacam-se:

[1º] a desvinculação do trabalho profissional da leitura da realidade social;  
[2º] a distância entre o trabalho intelectual e o exercício profissional cotidiano; [3º] a falta de consciência política e de organização da categoria aliada à fragilidade teórica e analítica dos processos de trabalho, decorrentes da insuficiência de pesquisa e de conhecimento sobre a

---

<sup>28</sup> “As possibilidades emergentes na trama das relações sociais têm uma refração na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como respostas de cunho teórico e técnico-político no campo profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 221).

realidade social, sobre a própria profissão e das demandas dos usuários (IAMAMOTO, 2005, p. 52-53).

Estes limites resultam em intervenções profissionais baseadas mais em “produtos do instinto e da experiência pessoal do profissional do que de referências teórico-metodológicas” (GUERRA, 2001, p. 24). Além disso, salienta-se que a relação de tutela existente entre alguns profissionais e usuários, faz com que os direitos sejam vistos como benefícios, favores, as expressões da questão social sejam tratadas como problemas individuais e os sujeitos responsabilizados pelas dificuldades vividas.

Dessa forma, a intervenção é realizada de maneira assistemática, assistencialista, e baseada em critérios para a obtenção do ‘benefício ou da ajuda’. Isto é, exigem-se dos usuários disciplina, obediência, submissão, resignação e conformismo às suas determinações. A submissão do usuário é construída a partir de uma cadeia de necessidades e humilhações que desqualifica o sujeito diante de si mesmo e oferece-lhe respostas provisórias e emergenciais. Processo, cujo efeito social e político encobrem a relação de direito pela subordinação (YAZBEK, 2006).

Isto significa que o trabalho nessa lógica passa a ter um caráter doutrinador e moralizador baseado no senso comum. Ou seja, compreensão distorcida do significado da profissão e uma visão a-histórica que “tende a subestimar o rigor teórico-metodológico na análise da sociedade e da profissão [...] em favor das versões empiricistas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

Além disso, a partir da justificativa de que profissão está voltada à intervenção no social, alguns profissionais privilegiam os instrumentos e as técnicas, centrando-se no como fazer. Mas não conseguem ver a dimensão e a finalidade do trabalho, ou seja, “[...] as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos [...] na sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

Dessa forma, geram um produto que não lhe pertencem e com o qual não se identificam, isto é, não se reconhecem como sujeitos detentores dos meios de trabalho, ficam na fragmentação e parcialização do processo, respondendo as exigências imediatas, de forma mecânica, tarefaira. Assim, o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, independente. Ou seja, percebem o processo e o produto do trabalho como algo estranho, um poder que os domina, uma obrigação e como se qualquer pessoa pudesse fazer (BARROCO, 2008).

Importa ressaltar, em consonância a lamamoto (2004a), que a “reificação dos métodos e técnicas, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais



[...] são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência” (p. 34) dos profissionais as “reais implicações do trabalho e assim aprofunda-se a distância entre as pretensões teóricas dos profissionais e os efeitos de sua intervenção” (p. 34).

Em referencia à psicologização das relações sociais, as expressões da questão social passam a ser tratadas como problemas individuais e de ordem psíquica e são tratadas de forma fragmentada. Segundo essa compreensão, o usuário necessita de auxílio porque não se esforça, não enfrenta as dificuldades que fazem parte da vida. Assim, a tendência da psicologização da questão social transforma as demandas por direitos sociais em “[...] patologias, e o assistente social deixa de viabilizar o que eticamente é de sua responsabilidade: atender as necessidades dos usuários [e] realizar objetivamente seus direitos” (BARROCO, 2001, p. 94).

Diante dessas intervenções, afirma-se que os profissionais não se apropriam da realidade social<sup>29</sup> como elemento histórico, dinâmico e contraditório, assim não conseguem enxergar e propor alternativas para o enfrentamento das demandas. Ou seja, a dificuldade de identificar os impactos das transformações estruturais do capitalismo no âmbito das relações sociais possibilita uma “intervenção empirista, reiterativa e burocratizada” (IAMAMOTO, 2005, p. 206) que acaba reforçando e legitimando o assistencialismo em contraposição ao acesso e a garantia de direitos.

Todavia, reafirma-se que a possibilidade de intervenção profissional rumo a uma proposta diferenciada requisita capacidade de desvelamento e apreensão das contradições, “análise da realidade trabalhada, [...] conhecimentos e informações necessários para a criação de formas de acesso aos recursos enquanto direitos sociais e de exercício de relações democráticas, solidárias e justas” (VASCONCELOS, 2002, p. 418). Em outros termos, “[...] capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano<sup>30</sup>” (IAMAMOTO, 2005, p. 20).

---

<sup>29</sup> “A realidade social tem se configurado de modo cada vez mais adverso, o que, muitas vezes, provoca uma reação de imobilismo ou descrença na potencialidade humana de ruptura e transformação. Por outro lado, o desafio de enfrenta-la torna nosso cotidiano extraordinário, mas nem sempre o reconhecemos como tal” (PRATES, 2003a, p. 145).

<sup>30</sup> “[...] é no cotidiano que o homem expressa suas realizações, produções, construções, seu trabalho. É através do acesso ao cotidiano dos sujeitos que coletamos os dados de pesquisa, que realizamos mediações, que identificamos os processos sociais construídos e por construir. É partindo da pseudoconcreticidade e a reconhecendo que podemos realizar movimentos para superá-la e chegar à realidade concreta” (PRATES, 2003a, p. 194-195).

Além de reconhecer que a estrutura e a conjuntura<sup>31</sup>, elementos definidores da questão social, não são apenas o pano de fundo que emolduram o trabalho, mas sim partes constitutivas do exercício profissional (IAMAMOTO, 2008). Dessa forma, apreende-se que “[o] desemprego e [a] pauperização dos trabalhadores, não são estranhos nem novos para um sistema que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida” (MARANHÃO, 2008, p. 42).

Em suma, os processos sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, entre outros, “impõem limites e descortinam [...] alternativas [...], mas não se traduzem imediata e mecanicamente na órbita profissional” (IAMAMOTO, 2005, p. 204). Estão sujeitos às inúmeras mediações, que precisam ser apropriadas e elaboradas pelos profissionais, “seja no nível da produção intelectual, seja no das estratégias de ação, de modo que se moldem como respostas teóricas e técnico-políticas às demandas emergentes [no] campo de possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 204).

Nessa perspectiva destaca-se que para enfrentar os limites postos na intervenção profissional o primeiro desafio é compreender e explicar a realidade social que só pode ser concebida e apreendida na sua totalidade concreta sob a perspectiva das transformações de ordem econômica, política, social e cultural. Compreender a totalidade da vida social demanda apreender os sentimentos que permeiam e provocam mudanças de atitudes e comportamentos de situações no campo social, econômico e político.

Por isso, o desocultamento do movimento constitutivo do todo social é imprescindível para buscar “mudanças significativas, não apenas na singularidade do objeto, mas na particularidade da situação da qual é parte e na universalidade das relações sociais, [superando] os limites do enfoque situacional” (BAPTISTA, 2003, p. 41).

Nesse sentido, a construção de alternativas que venham responder de forma coerente e eficiente as demandas colocadas à profissão cotidianamente requisita estudos, pesquisas<sup>32</sup>, reflexões, construções e reconstruções permanentes. Dito de outra maneira é o

---

<sup>31</sup> A estrutura e a conjuntura não condicionam “unidirecionalmente às perspectivas profissionais, todavia impõe limites e possibilidades. [...] Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional” (IAMAMOTO, 2005, p. 22).

<sup>32</sup> A pesquisa enquanto processo “é mais do que um simples instrumento de coleta de dados, a pesquisa é meio de intervenção na realidade social, é, ou pode ser, instrumento articulador, de reflexão crítica, de ação pedagógica, de conscientização. Portanto, importante instrumento de mediação do projeto ético-político e da ação profissional” (PRATES, 2003a, p. 197).

desvelamento e apreensão das contradições existentes na sociedade (leitura de realidade) que possibilitam a criação de formas de acesso aos recursos sociais enquanto direitos e o exercício de relações democráticas que contribuem com a desalienação dos diferentes sujeitos com os quais os profissionais contracenam nas relações cotidianas.

O segundo desafio relaciona-se diretamente aos processos de trabalho junto aos sujeitos, isto é, a apreensão das contradições que se colocam no cotidiano, mas não apenas do ponto de vista imediato, mas considerando que o “cotidiano é influenciado por determinações de ordem macropolítica, econômica e social, lembrando que onde existem contradições existem também espaços para o confronto de ideias e interesses” (SILVA, C., 2008, p. 191).

O terceiro desafio vincula-se a necessária consciência política da categoria profissional que “emerge do processo social e está diretamente vinculada à atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-la em cada homem isolado” (CARDOSO, 1995, p. 85). A participação política nos “movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria garantiria [uma] intervenção profissional articulada aos interesses dos setores majoritários da sociedade” (IAMAMOTO, 2005, p. 53).

Outra questão importante é ter clareza que “enfrentar as questões da sociedade contemporânea não é exclusividade do Serviço Social, portanto, é estratégico que o assistente social atue de forma articulada com os outros profissionais” (SILVA, 2008, p. 193) para atender de forma plena as demandas dos usuários.

O quarto desafio articula-se com os princípios definidos no Código de Ética Profissional e a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício da profissão, isto é, como referenda Iamamoto (2005), preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho. Desse modo, a ultrapassagem dos limites postos está na (o),

[...] acompanhamento histórico da dinâmica da sociedade, na aproximação da profissão ao movimento da realidade concreta, às várias expressões da questão social, captadas em sua gênese e manifestações; [...] engajamento político nos movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria; intervenção profissional articulada aos interesses dos setores majoritários da sociedade; [...] aperfeiçoamento técnico-operativo para a inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2005, p. 52-53).

Destarte, na contra mão da cena contemporânea<sup>33</sup> eliminar a acomodação e o conformismo arraigado em muitos profissionais, demanda contradizer “a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia” (IAMAMOTO, 2004b, p. 6).

O quinto desafio refere-se à apropriação de fato no cotidiano de trabalho dos princípios fundamentais definidos no projeto ético-político. Ou seja,

[a] defesa intransigente das conquistas sociais obtidas na Carta Constitucional de 1988, ameaçadas pelas políticas neoliberais; [a necessidade de] captar os núcleos de contestação e resistência; as formas de imaginação e invenção do cotidiano e da defesa da vida e da dignidade do trabalhador; [o exercício profissional reforçador] dos direitos sociais não apenas em sua normatividade legal, mas de seu enraizamento na dinâmica societária; [...] cultura pública democrática, em contraposição ao autoritarismo social que impregnou a formação política brasileira, historicamente vazada em relações de favor, de tutela, de mando e obediência, que também afetam o universo das relações profissionais; [...] participar do amplo empreendimento de construção de uma nova cidadania, de bases sólidas e abrangentes, [...] que tenha como foco a relação do Estado/sociedade civil organizada; [...] tornar os espaços de trabalho do assistente social como espaços de fato públicos, contra-restando à marca histórica da política brasileira (IAMAMOTO, 1996, p. 15-16).

Portanto, o desafio central demanda a viabilização de um exercício profissional que não ignore os seus limites, mas amplie as suas possibilidades, articulando o trabalho com “outras categorias profissionais e sintonizando [as intervenções] com as forças sociais que operam na sociedade para reverter às políticas e as estratégias que conduzem à barbarização da vida social” (NETTO, 2005, p. 25). Ou seja, com todas as dificuldades que a estrutura e conjuntura impõem os assistentes sociais, articulados aos demais profissionais, precisam continuar lutando na defesa de uma sociedade justa, em que um homem não seja explorado por outro.

Consoantes a esses desafios, para a efetivação do projeto ético-político é fundamental ter

visão histórico-processual da realidade e reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, mas acreditar que todas as coisas e todas as ideias se movem se transformam e se desenvolvem porque são processos; postura político-profissional que articula fortalecimento das

---

<sup>33</sup> “Diante do acirramento cada vez mais explícito das contradições [...] do modo de produção capitalista [...] os valores e os fundamentos metodológicos aportados pela teoria marxiana e por autores marxistas contemporâneos são conteúdos necessários aos profissionais que desejam utilizar o seu espaço profissional para a materialização de um projeto ético-político comprometido com a superação das desigualdades, com o resgate dos direitos sociais e da autonomia dos sujeitos e povos” (PRATES, 2003a, p. 2).

instituições democráticas e articulação e fortalecimento dos movimentos sociais; [...] ocupar espaços públicos e estatais estratégicos que possam viabilizar a formulação e realização dos direitos, de modo a imprimir nestes os valores e princípios [defendidos] (BEHRING, 2007, p. 198-199).

Enfim, ao identificar os limites e os desafios presentes no cotidiano profissional, atentar para a materialização dos direitos sociais requisita a apreensão das relações entre as macro análises e as micro situações enfrentadas no cotidiano; as relações entre o universal, o particular e o singular; as relações entre objetividade e subjetividade, para mediar com o conhecimento e a apropriação das políticas sociais públicas na perspectiva da emancipação dos sujeitos.

### **2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS: MEDIAÇÕES PARA A MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS**

As políticas sociais públicas (educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho, previdência social, entre outras) estão vinculadas à gestão de um conjunto de ações como respostas às demandas sociais advindas da questão social<sup>34</sup>, uma vez que as mesmas são incorporadas e processadas pelo Estado no âmbito federal, estadual e municipal. Tendo como pressuposto a integração das ações destinadas a assegurar os direitos sociais.

À medida que o Estado passa a responsabilizar-se pela promoção e proteção de um conjunto de direitos, resultado de intensas lutas e mediações complexas e contraditórias, a política pública passa a desenvolver-se enquanto principal mecanismo do Estado na materialização de direitos assegurados (ANDRADE, 2008).

E, reconhecendo que o processo de gestão deve ser considerado primazia e dever do Estado, a quem cabe à responsabilidade pela condução das políticas e programas sociais. Porém, a primazia não pode ser assimilada como responsabilidade exclusiva do Estado, pois deve implicar a participação ativa da sociedade, por meio dos processos de formulação e controle social da execução, de modo que as instituições da sociedade civil em parceria com o Estado constituam a esfera pública brasileira (RAICHELIS, 2000).

Nessa perspectiva, as políticas públicas constituem-se mecanismos centrais do Estado para a concretização de direitos legalmente previstos. Assim, é através das políticas públicas que o Estado Democrático de Direito, abre-se para a possibilidade da construção de processos democráticos e participativos de decisão e gestão, politizando a relação entre Estado e sociedade (ANDRADE, 2008).

No rol das políticas sociais públicas, a assistência social a partir de 1988, é estabelecida como “[...] novo campo específico de responsabilidade pública do Estado e de direitos dos cidadãos” (COUTO et al, 2010, p. 214). Ou seja, ao integrar o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, nos marcos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a assistência social ganha estatuto de política pública e passa a compor o sistema de proteção social brasileiro, sob a responsabilidade do Estado,

---

<sup>34</sup> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

como direito social não-contributivo e direito de cidadania extensivo aos cidadãos que dela necessitam (BRASIL, PNAS, 2004).

Inicia-se um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da política social. Essa mudança de paradigma procura romper com a histórica concepção de filantropia, benemerência e caridade.

Todavia, a implementação das políticas sociais públicas voltadas para o atendimento de necessidades sociais e comprometidas com a ampliação e a consolidação de direitos continua sendo um desafio para toda a administração pública, em função das transformações contemporâneas que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as próprias políticas.

Particularmente na política de assistência social<sup>35</sup> este desafio complexifica-se em decorrência do histórico de desprofissionalização, de atuações improvisadas e descontínuas do qual são expressões da cultura autoritária, patrimonialista e clientelista persistente e por vezes (re) atualizada nesta área (RAICHELIS, 2010), em vista disso, a questão do trabalho é um dos grandes desafios a ser enfrentado.

Para responder essa demanda a Política Nacional de Assistência Social<sup>36</sup> e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social têm como uma de suas premissas a capacitação de todos os trabalhadores da área social, pois “quanto mais qualificados os trabalhadores, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho” (COUTO, 2010, p. 62).

Em outros termos, a nova forma de conceber e gerir a política de assistência social demanda dos gestores e trabalhadores sociais a superação da atuação de viabilizadores de benefícios para a de viabilizadores de direitos (COUTO, 2004). Nessa perspectiva, o rompimento com a herança assistencialista demanda um redimensionamento na

---

<sup>35</sup> “Historicamente, a Política de Assistência Social, promovida por agentes públicos e privados, foi reiteradamente marcada pela ausência de compromisso do Estado, ausência de regulação pública, ausência do direito de acesso. Como prática institucional, aplicou, desde 1934, o Orçamento Público Federal, mas se desenvolveu sob orientação liberal e conservadora” (SPOSATI, 2011, p. 32).

<sup>36</sup> A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 2004, seguida da constituição do Sistema Único de Assistência Social. Esta realidade gerou vários desdobramentos para o exercício dos trabalhadores sociais que atuam neste campo. Como exemplos citam-se: a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2010), os Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (2007), as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (2009), entre outros.

compreensão sobre as expressões da questão social, dos novos arranjos familiares e de suas necessidades.

Assim como, apropriação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a proposição de alternativas de intervenções voltadas ao protagonismo dos sujeitos em consonância às definições jurídico-legais das políticas sociais públicas.

Destaca-se que a política social “por ser reconhecida como contraditória, espaço de conformação, mas também de resistência, constitui-se como importante locus e instrumento de trabalho do assistente social” (MENDES, et al 2006, p. 20). Aliás, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) amplia as possibilidades de trabalho profissional e demanda o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública no âmbito do planejamento, assessoria, avaliação, monitoramento, entre outras.

Trata-se de demandas profissionais que desafiam os profissionais a formularem mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Portanto, é fundamental que os trabalhadores tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais, de modo a não atribuir à política de assistência social a intenção e o objetivo inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social. Essas são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas, a começar pela política econômica, que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza (CFESS, 2007).

Isto significa que o sentido de proteção social extrapola a possibilidade de uma única política social e requer o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam a diversas e complexas necessidades básicas da vida social (PEREIRA, 2000).

Assim, cabe a todas as “esferas de governo o papel no compartilhamento da decisão, execução, financiamento. A cada gestor incumbe a responsabilidade pelo conjunto de ações e serviços de proteção social no âmbito de sua atuação (Federal, Estadual ou Municipal)” (CARRARO, 2011, p. 114). Portanto, a plena concretização da proteção social exige dos entes federados além do diálogo o compartilhamento de responsabilidades, o envolvimento e a participação.



No caso dos municípios, – por exemplo, Caxias do Sul (RS) – exige-se que se desenvolvam “estratégias de intervenções locais, que sirvam de referência e/ou contribuam para o aprimoramento da gestão da política de assistência social efetivando sua responsabilidade enquanto ente federado na condução desta política e na articulação e cooperação entre as esferas de governo” (CARRARO, 2011, p. 115). Para o cumprimento dessa exigência, o município de Caxias do Sul<sup>37</sup> vem a partir das

discussões, indicações e deliberações envolvendo o CMAS, o gestor municipal e órgão formador (instituição de ensino) via assessoria, formação e capacitação dos trabalhadores e gestores, construindo orientações para o trabalho com famílias como uma proposição para viabilizar a operacionalização da política de assistência social em âmbito local. Desse modo, estabelecer uma aproximação da gestão social com a academia (universidades) torna-se uma prerrogativa para a qualificação dos processos de capacitação e de gestão de serviços, programas, projetos e benefícios sociais (CARRARO, 2011, p. 118).

A participação do poder público e da instituição de ensino nesse processo social “[...] lhes atribui um estatuto de compromisso” (MARTINELLI, 1997 apud PRATES; MENDES; AGUINSKY, s.d., p. 02). Concernente ao poder público, no caso o órgão gestor e de controle social da política de assistência social, bem como a rede socioassistencial, o compromisso relaciona-se com a qualidade e os resultados dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados, assim como a qualificação técnico-política de gestores, trabalhadores e conselheiros da área. No caso das instituições de ensino, seu compromisso vincula-se às demandas da sociedade como um todo e aos processos formativos de profissionais que são requisitados a atuar na realidade social (CARRARO, 2011).

Nessa direção, as intervenções dos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais públicas se efetivam de múltiplas formas e em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Neste trabalho, interessa-nos, particularmente, a forma como esses profissionais apreendem e operacionalizam os processos de trabalho, tendo como centralidade a assessoria junto às políticas sociais públicas.

No próximo capítulo apresenta-se a produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre o processo de assessoria no âmbito das políticas sociais públicas.

---

<sup>37</sup> Lócus da pesquisa, busca “propor normatizações, estratégias, fluxos [para] contribuir com outros municípios, estados e união, organizar a política de assistência social, e aplicar seus recursos [de acordo] com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal (1988), pela LOAS (1993), pela PNAS (2004) e pelo SUAS (2005)” (CARRARO, 2011, p. 121).

### **3 O ESTADO DA ARTE SOBRE ASSESSORIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS**

Neste capítulo apresentam-se as concepções de assessoria identificadas na área do Serviço Social e as sistematizações de experiências de assessoria junto às políticas sociais públicas; Conselhos de direitos e de políticas; órgãos da administração pública direta e indireta; empresas privadas; organizações populares; movimentos sociais; instituições de ensino; associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa; órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

#### **3.1 APROXIMAÇÕES COM AS CONCEPÇÕES DE ASSESSORIA NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL**

Na bibliografia da área do Serviço Social<sup>38</sup>, Bravo e Matos (2010), organizadores do livro “Assessoria, Consultoria & Serviço Social”, abordam a temática da assessoria a partir de relatos de experiências, pesquisas e reflexões sobre a importância do trabalho do assistente social nesse campo de intervenção. O conteúdo do livro está estruturado em três partes, a primeira, “Serviço Social, Assessoria & Consultoria” contém quatro estudos<sup>39</sup> resultantes de pesquisas sobre assessoria. Na segunda parte, Serviço Social, Assessoria e Políticas Sociais, destacam-se três reflexões<sup>40</sup> sobre assessoria relacionada às políticas sociais. A terceira parte é composta por cinco trabalhos<sup>41</sup> apresentados no Seminário sobre “Assessoria e Serviço Social: experiências da Faculdade de Serviço Social da UERJ”.

Nesses trabalhos foram identificadas diferentes concepções de assessoria, entretanto, antes de avançar nessa discussão duas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, há que se identificar e ter clareza do que não é considerada assessoria e que

---

<sup>38</sup> Foram identificadas as seguintes fontes de pesquisa: um (01) livro; três (03) artigos de periódicos; onze (11) dissertações; duas (02) teses; dezesseis (16) artigos publicados nos anais dos CBAS, e treze (13) nos anais dos ENPESS.

<sup>39</sup> Matos (2010); Fonseca (2010); Ruiz (2010); Oliveira A. (2010).

<sup>40</sup> Bravo e Matos (2010); Freire (2010a); Mendes e Matos (2010).

<sup>41</sup> Almeida (2010); Gama (2010); Duarte (2010); Lobato (2010); Celente (2010).

é classificada como tal. Em segundo lugar, é necessário reconhecer que a classificação sobre a temática varia de acordo com os pressupostos teóricos adotados pelos autores.

Referente ao que não pode ser considerada assessoria, Matos<sup>42</sup> (2009) afirma que:

Assessoria não é sinônimo de supervisão. [...] Assessoria não é sinônimo de toda e qualquer ação extensionista: há nas universidades brasileiras uma ampla gama de concepção de extensão universitária. Desde a ideia de promoção de cursos a comunidade, como a prestação de serviços de saúde. Muitas das ações extensionista tem sido na prestação de serviços.

Assessoria não é, necessariamente, trabalho precarizado e/ou temporário: muitas das organizações empregadoras, públicas e privadas, têm contratado profissionais para a prestação temporária de serviços e/ou sem vínculo trabalhista. Isto muitas das vezes tem sido chamado de assessoria, mas nada mais é que uma estratégia de burlar os direitos trabalhistas, já que os contratados na realidade exercem ações interventivas, não desenvolvendo, na prática, nenhuma assessoria/consultoria.

Assessoria [...] não é abandono do [atendimento direto]: devido ao status que ainda se tem hoje sobre o cargo de assessor, é importante que os profissionais [...] se atentem para a importância de se garantir o atendimento direto do assistente social à população usuária nas instituições em que assessoram. Não podemos menosprezar a importância do nosso trabalho profissional junto aos usuários. Assim uma frente de trabalho não substitui a outra.

Assessoria não é mera militância política: em que pese a importância cada vez maior da participação política, não podemos misturar a contribuição que muitos assistentes sociais dão a diferentes entidades de mobilização política como assessoria. Ambas as ações são importantes e se inter-relacionam, mas possuem características distintas (p. 518-520).

Concernente à classificação da temática, nos anos setenta Baptista (1976), Vasconcelos, Savoy e Guirado (1977) afirmavam que a assessoria era utilizada como uma estratégia de atuação que visava à superação da intervenção tradicional da profissão. Entretanto, a maioria das intervenções profissionais efetuadas não era de assessoria, mesmo assim os assistentes sociais se nominavam assessores em função do status que essa atividade proporcionava (MATOS, 2009).

Nos anos oitenta, a professora Balbina Vieira (1981) classificava a assessoria como um modelo diferente de supervisão profissional. Para a autora o que diferenciava a assessoria da supervisão era “sua natureza temporária, (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e a ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações. Mais do que supervisor, o assessor tem uma autoridade de ideias, ou de

---

<sup>42</sup> Para o autor a “distinção entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria uma vez que esta remete a ideia de assistir. Devido à pequena diferença, entre assessoria e consultoria, [trata-se] os dois processos de forma indistinta” (MATOS, 2009, p. 518).

competência e não de mando” (p. 108). Por isso, o assessor era considerado “um agente de mudanças [ou não], que [poderia] capacitar o assessorado a uma interiorização de novos conhecimentos e aprimoramentos de técnicas, levando-o [ou não] a uma mudança de mentalidade e de comportamento” (p. 108).

Nos anos 1990, Vasconcelos (1998) explicita que a assessoria era solicitada e/ou indicada para “possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um expert que venha assisti-la teórica e tecnicamente” (p. 129). E, que busca “[...] romper com a tradicional divisão do trabalho no qual um pensa e outro faz [...] numa atitude de enfrentamento e ruptura com práticas estabelecidas historicamente” (p.128).

Em 2000, a temática da assessoria continua presente em iniciativas profissionais, mas ainda pouco problematizada sobre o que sejam estes processos, identificam-se experiências de assessoria com diferentes perspectivas políticas. Nesse período, emergem trabalhos que se intitulam como assessoria, mas na maioria são relatos de experiências pontuais junto às comunidades, movimentos sociais ou entidades de trabalhadores (MATOS, 2009).

Em vista disso, o estudo de Maurílio de Castro Matos (2010) oferece subsídios para apreender a assessoria como uma “ação desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detêm uma intenção de alteração da realidade” (p. 31). Nesse sentido, o autor destaca que a assessoria é um “processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas [...] e dos contraditórios interesses que envolvem as solicitações de assessoria” (MATOS, 2010, p. 32).

Tatiana Maria Araújo Fonseca (2010) compreende a assessoria como uma “atividade [que] vem gerando postos de trabalho [...] e possibilitando a otimização do enfrentamento das requisições que surgem nos espaços de trabalho” (p. 64). Para a autora a análise da literatura sobre assessoria proporciona a “ampliação do entendimento sobre a esfera da competência profissional do assistente social, bem como os espaços profissionais podem ser ocupados e quais as estratégias a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais” (p. 79-80).

Jefferson Lee de Souza Ruiz (2010) apresenta uma reflexão sobre sua experiência de assessoria ao Conselho Regional de Serviço Social articulada aos desafios que os profissionais enfrentam no cotidiano profissional para garantir o fortalecimento do projeto ético-político. Para o autor a “denominação assessoria tem sido utilizada para uma ampla

gama de atividades [para] contribuir [na] solução de determinada demanda a partir de capacidades e conhecimentos específicos” (p. 91).

Andrea Gonzaga de Oliveira (2010) reflete sobre a assessoria e o compromisso da Universidade nessa atividade. A autora compreende a assessoria “enquanto atividade profissional [e] enquanto papel da universidade” (p. 111) não só na formação dos assessores, mas também na realização da assessoria aos assistentes sociais e demais sujeitos sociais e coletivos, na medida em que conta com pessoal qualificado.

Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos (2010) refletem sobre a relevância da Universidade e da categoria profissional na atividade de assessoria aos segmentos comprometidos com a construção da democracia. Ou seja, em consonância a Vasconcelos (2006) os assistentes sociais “ao ampliar, facilitar e realizar o acesso aos direitos [...] podem trazer ganhos para os usuários a partir de [um trabalho] que fortalece o caráter público das ações e dos serviços da seguridade social e a responsabilidade do Estado” (p. 15) definida na C/F88, possibilitando a “mudança de concepção na sociedade com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e do sofrimento social” (p. 15).

Lúcia Freire (2010a) a partir de experiência de assessoria em empresas e aos trabalhadores reflete sobre os interesses contraditórios que envolvem o processo de assessoria e sobre a possibilidade do assessor potencializar os interesses dos trabalhadores na perspectiva de ruptura com o tradicionalismo na construção de direitos. Freire (2010a) entende que o “trabalho de assessoria [...] se defronta com condições e possibilidades contraditórias” (p. 171). Alessandra Gomes Mendes e Maurílio Castro de Matos (2010) compreendem que as atividades de assessoria são estratégias para superar os problemas constantes na realidade e democratizar o Estado brasileiro.

Ney Luiz Teixeira de Almeida (2010), considerando sua experiência de trabalho em conjunto com estudantes no projeto universitário, discorre sobre a relevância da assessoria para a formação profissional e os desafios postos a universidade nesta atividade. Para o autor a “condução da atividade de assessoria está apoiada em alguns pressupostos políticos e teóricos, como entender o papel da universidade em relação ao mundo do trabalho e em relação à sociedade” (p. 262).

Andrea de Souza Gama (2010) caracteriza a experiência do curso multidisciplinar de capacitação na área de gênero, saúde e reprodução e a avaliação do impacto desse curso na qualificação do trabalho dos profissionais que participaram.

Marco José Duarte (2010) afirma que o “trabalho de assessoria no campo do Serviço Social e saúde mental coloca-nos alguns desafios e nos faz pensar em nossa prática profissional” (p. 292). Nessa direção, a parceria construída entre a Universidade e os Serviços da área de saúde mental vem possibilitando a consolidação do trabalho e a construção de importantes reflexões teóricas sobre a reforma psiquiátrica.

Alzira Lobato (2010) reflete sobre os desafios que a profissão enfrenta na área do envelhecimento articulada a uma experiência de assessoria realizada com os usuários da Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ. A autora destaca que desde o início do trabalho a “prática de assessoria envolvia o trabalho de supervisão aos estagiários de Serviço Social, buscando capacitá-los para o trabalho com idosos” (p. 296). Ademais, a assessoria é fundamental não só “no viés da capacitação [...] dos idosos, [mas] dos profissionais envolvidos com este trabalho [...] numa direção de construção e luta pela implementação das políticas públicas para o segmento [dos idosos]” (p. 300).

Aline Celente (2010) reflete sobre a experiência e a importância do projeto extensionista de assessoria dentro da Universidade. Para a autora, a “prática da assessoria surgiu como uma possibilidade de enfrentamento das dificuldades que estavam sendo encaradas no campo [de estágio]” (p. 303). Através da assessoria foi possível privilegiar o “desenvolvimento do senso crítico dos estagiários e, de certa maneira, também dos supervisores, para que os alunos ganhassem na formação profissional” (p. 305).

Em síntese, os autores consideram a assessoria como: a) “mais uma possibilidade de trabalho” (MATOS, 2010, p. 30); b) “atividade [que] se expressa ao profissional, em meio às alterações impostas ao mundo do trabalho, [e] como um recurso estratégico de intervenção profissional” (FONSECA, 2010, p. 79); c) atividade profissional que exige competências e habilidades (FREIRE, 2010a; OLIVEIRA, A., 2010).

Referente aos artigos de periódicos, o estudo de Vasconcelos (1998) “Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social” reflete sobre os processos de assessoria e consultoria como “uma possibilidade concreta de articulação entre academia e meio profissional” (p. 115) e que demanda “acompanhamento sistemático, organizado e a longo prazo” (p. 123-124) para confrontar e romper com intervenções “tradicionais e conservadoras” (p. 133).

Vasconcelos (1998) destaca que a relação entre assessores e assessorados pressupõe a participação efetiva de todos os envolvidos no processo, a delimitação das necessidades e possibilidades, a explicitação dos objetivos, expectativas da equipe ou profissional. E que, o conhecimento torna-se um “[...] instrumento para captar o movimento

da realidade social. [E] o assessor [busca] trabalhar as expectativas e explicitar um projeto de assessoria diante das condições institucionais e profissionais” (VACONCELOS, 1998, p. 127).

O trabalho de Freire (2010b) “Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social”, apresenta o resultado de pesquisas, assessoria e ensino sobre a relação entre trabalho, saúde do trabalhador, movimentos dos sujeitos integrantes de instâncias societárias e institucionais e do Serviço Social nessas relações. A autora destaca a necessidade de assessoria democrática participativa entre intelectuais, técnicos e população.

Goerck e Viccari (2004) apresentam uma experiência de assessoria ao Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PET. Para as autoras a assessoria é compreendida como uma forma de prestação de “serviços a órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas, [...], sendo que o profissional responsável pela execução desta atividade [...] normalmente não tem vínculo empregatício e atua como prestador de serviço para a organização demandatária” (p. 4). Para a realização da assessoria requisitam-se “habilidades de negociação, atualização e aprimoramento teóricos constantes, [...] iniciativa, espírito de liderança, criatividade, bom relacionamento interpessoal da equipe e interdisciplinar em permanente desenvolvimento” (p. 5). Segundo as autoras a assessoria pode ser “utilizada como mais uma das formas de inserção do Serviço Social no mercado de trabalho” (p. 1-2).

Em relação à produção do conhecimento sobre assessoria sistematizado nas dissertações<sup>43</sup> destaca-se que os autores abordam o trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais públicas (assistência social e saúde) nos espaços dos Conselhos de Políticas e de Direitos (Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Tutelar), Organizações Não Governamentais, Judiciário e Unidades de Saúde. Nas teses, os autores abordam as seguintes temáticas: Saúde do trabalhador e Serviço Social, e a contra reforma na política de saúde e o SUS.

Particularmente na política de assistência social, o estudo de Merigo (2002), “caracteriza o comprometimento ético-político, o fazer-profissional e a assessoria como categorias fundamentais para analisar o processo de participação do Assistente Social no

---

<sup>43</sup> Todas as produções da pós-graduação em Serviço Social estão parcialmente divulgadas, por isso a análise desses trabalhos foi realizada a partir dos resumos publicados na Plataforma da Capes. Destaca-se também que as dissertações e teses não tem como foco a reflexão sobre assessoria, todavia, os temas são tangenciados em torno da importância desse trabalho na área das políticas sociais.

CMAS” (s/p<sup>44</sup>). Andrade (2004) analisa a forma de inserção e o exercício profissional do assistente social nas ONGs. As “demandas incluem processos preventivos, educativos, informativos, assistenciais, culturais, de lazer, jurídicos, a participação em conselhos municipais e estaduais, cursos de qualificação profissional, assessoria” (s/p).

A autora Calvi (2007) problematiza que os assistentes sociais que participaram do processo de criação e implementação dos Conselhos de Políticas e de Direitos “são chamados a participar destes espaços como conselheiros, assessores, capacitadores, pesquisadores” (s/p). O trabalho de Nosswitz (2008) explicita que as “principais ações dos Assistentes Sociais junto aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas referem-se aspectos legais, administrativos [...] organização, estrutura, funcionamento e assessoria” (s/p).

Silva (2010) destaca que além do trabalho dos conselheiros o Conselho Tutelar conta também com assistentes sociais que realizam assessoria a esse órgão. Os “[...] principais resultados obtidos indicam elementos significativos que possibilitam uma reflexão sobre a importância do assistente social nos Conselhos Tutelares para garantia efetiva dos direitos infanto-juvenis” (s/p).

A pesquisa de Brevilheri (2010) analisa o processo de implantação do SUAS sob a ótica dos assistentes sociais que neles atuam. E traz como desafios a serem enfrentados a “compreensão da política de assistência social, a gestão do trabalho, a capacitação dos diversos atores da política e a atuação mais efetiva do órgão gestor no financiamento e no assessoramento aos municípios” (s/p).

O estudo de Perdigão (2010) analisa o trabalho do assistente social nos Conselhos Municipais de Assistência Social enquanto conselheiros e assessores. Para o autor os profissionais nos espaços do Conselho “contribuem com os interesses da classe trabalhadora e, concomitantemente, denunciam ações que restringem a constituição e implementação de políticas sociais universais, de qualidade e que não agregam práticas participativas e democráticas na gestão e execução” (s/p).

A investigação de Arantes (2010) tem por objetivo analisar a inserção dos assistentes sociais que se vinculam ao CMAS como conselheiro governamental, conselheiro não governamental, assessor técnico, secretário executivo e observador.

Nesse contexto, o assistente social, enquanto profissional e intelectual, possui inserção privilegiada, já que o Serviço Social tem vinculação histórica

---

<sup>44</sup> Importa ressaltar que as citações não tem o número da página em função de o conteúdo ter sido extraído dos resumos das dissertações/teses da Plataforma da Capes.



com as políticas públicas. Dessa forma, o assistente social no CMAS pode contribuir para que se efetive o caráter público dos conselhos, direcionando o debate para além dos interesses privados dos sujeitos em cena e valorizando também outros espaços de luta social e autônoma de movimentos sociais, fortalecendo assim a direção ideológica do projeto de sociedade da classe trabalhadora e segmentos aliados, bem como suas estratégias de resistência. (s/p)

Na área da política de saúde o estudo de Souza (2001) analisa a dupla inserção dos assistentes sociais nos conselhos de saúde “[...] uma essencialmente política, quando interfere nesses espaços na condição de conselheiro, e outra que caracteriza uma atividade profissional, quando desenvolve ações de assessoria aos conselhos ou [aos] usuários, profissionais de saúde ou poder público” (s/p). Gonçalves (2006) problematiza o trabalho dos assistentes sociais nas Unidades de serviços municipais de saúde nas “[...] ações de caráter emergencial; educação e informação em saúde; mobilização da comunidade e planejamento e assessoria” (s/p).

Na área jurídica, Fernandes (2006) aborda a “importância da interdisciplinaridade para a justiça, especificamente sobre o exercício profissional do assistente social e do psicólogo [...] no órgão de assessoramento técnico às Varas de Família” (s/p).

O estudo de Freire (1998) explicita que nas “instituições organicamente constituídas para a defesa do trabalhador e sua saúde, que se localizam os profissionais mais qualificados, que desenvolvem mediações críticas com os trabalhadores, assessorando seu desenvolvimento como sujeitos políticos” (s/p). A investigação de Soares (2010) analisa o trabalho do assistente social na área da saúde pública. A autora destaca que os profissionais “são requisitados para o assessoramento da gestão [...] e na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores na saúde” (s/p).

Enfim, nas produções do conhecimento da área do Serviço Social, identifica-se que desde os anos 1990 a assessoria à gestão das políticas sociais ou serviços (representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário; conselheiros de direitos e de políticas; gestores empresariais; técnicos que atuam nos setores públicos e privados; conselheiros tutelares entre outros) vem sendo operacionalizada para qualificar as políticas públicas e aprimorar o trabalho dos diferentes profissionais a partir da direção política-profissional dos assistentes sociais na perspectiva da materialização dos direitos sociais.

### **3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DECORRENTES DAS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA NOS CBAS E ENPESS**

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS<sup>45</sup>) é um evento que ocorre a cada três anos e congrega profissionais, pesquisadores e estudantes de todo o Brasil num espaço de discussão sobre os temas relevantes para a profissão, com crescente participação e mobilização da categoria (NETTO, 2005) através da apresentação de trabalhos dos profissionais e estudantes, na divulgação e socialização da produção de conhecimento na área do Serviço Social (ABEPSS, 2010), para melhor visualização dos resultados da pesquisa, apresenta-se no Quadro 2 a seguir, a síntese dos dados coletados.

---

<sup>45</sup> O CBAS é organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO. Os artigos dos CBAS e dos ENPESS apresentados nesse capítulo estão relacionados com a temática da assessoria, pesquisada no período de 2001 a 2010.

QUADRO 2 – Artigos sobre Assessoria identificados nos CBAS

ANO	Nº ARTIGOS	MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO				ASSESSOR	LOCAL/ ESPAÇO DE ATUAÇÃO	POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA/ÁREA	ASSESSORADOS
		Relato de experiência	Reflexão	Pesquisa	Síntese TCC				
2001	04	04	0	0	0	Assistentes Sociais	02 Universidade 01 CMAS 01 Núcleo de atendimento	02 Saúde 01 Assistência Social 01 Área da Criança e adolescente	Profissionais conselheiros, usuários
2004	05	04	0	0	01	Assistentes Sociais	01 Conselho Tutelar e CMDCA 01 CRESS 02 Universidade 01 Área Saúde trabalhador	01 Área da Criança e adolescente 01 Saúde	Profissionais, conselheiros, usuários
2007	04	03	01	0	0	Assistentes Sociais	01 Conselho Tutelar 01 Judiciário 01 Empresa 01 Comunidade	02 Área da Criança e adolescente	Profissionais, conselheiros, usuários
2010	03	2	01		0	Assistentes Sociais	01 Universidade 01 Comunidade 01 Local de trabalho	Não mencionado	Profissionais, usuários
<b>Total</b>	16	13	02	0	01	Não mensurado	05 Universidade 01 CMAS 01 Núcleo 02 Conselho Tutelar 01 CMDCA 01 CRESS 01 Área Saúde trabalhador 01 Judiciário 01 Empresa 02 Comunidade 01 Local de trabalho	02 Saúde 01 Assistência Social 03 Área da Criança e adolescente	Não mensurado

Fonte: Anais dos CBAS de 2001, 2004, 2007 e 2010.

Nota: Sistematizado pela autora em 2012.

Como pode ser observado no Quadro 2, no CBAS<sup>46</sup> de 2001 a temática da assessoria é abordada em quatro artigos, a modalidade de apresentação foi através de relato de experiências. Desses quatro (04) artigos, dois (02) na área da saúde no espaço de atuação do Conselho de Política e de Direitos e na área hospitalar<sup>47</sup>, um (01) na área da assistência social no Conselho Municipal de Assistência Social<sup>48</sup> e um (01) artigo na área da infância e adolescência no Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente<sup>49</sup>.

Quanto ao CBAS<sup>50</sup> de 2004, foram encontrados cinco artigos sobre assessoria. Sendo quatro relatos de experiências<sup>51</sup> e uma síntese<sup>52</sup> de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Dos cinco (05) artigos, um (01) apresentava o trabalho dos assistentes sociais na área dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, um (01) no Conselho Regional de Serviço Social e, um (01) na área dos Sindicatos de trabalhadores petroleiros. Os assessorados constituíam-se em profissionais, conselheiros e usuários da área da criança e adolescente e da política social pública de saúde.

Já o CBAS<sup>53</sup> de 2007 apresenta quatro artigos sobre assessoria. Sendo três relatos de experiências<sup>54</sup> e uma reflexão<sup>55</sup> sobre a temática da assessoria. Dos quatro (04) artigos, um (01) explicitava o trabalho dos assistentes sociais no Conselho Tutelar, um (01) no Judiciário, um (01) na empresa e, um (01) na comunidade. Os assessorados constituíam-se em profissionais, conselheiros e usuários da área da criança e do adolescente.

Referente ao CBAS<sup>56</sup> de 2010 foi identificado três artigos sobre assessoria. Sendo dois relatos de experiências<sup>57</sup> e uma reflexão<sup>58</sup> sobre a temática da assessoria. Dos três (03) artigos, um (01) apresentava o trabalho dos assistentes sociais na universidade, um (01) na

---

<sup>46</sup> O CBAS de 2001, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ, no período de 08 a 12 de outubro de 2001, tinha como tema “Trabalho, Direitos e Democracia no Brasil”. Nesse evento foram apresentadas 545 comunicações orais.

<sup>47</sup> Bravo, Cruzeiro e Araújo (2001); Gonçalves, Faria e Custódio (2001), respectivamente.

<sup>48</sup> Lopes et al (2001).

<sup>49</sup> Lavoratti, Holzmann e Wlodarski (2001).

<sup>50</sup> O CBAS de 2004, realizado no Centro de Convenções de Fortaleza – CE, no período de 17 a 22 de outubro de 2004, a temática era sobre “O Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”. Nesse evento foram apresentadas 796 comunicações orais.

<sup>51</sup> Lavoratti, Silva e Severino (2004); Ruiz (2004); Rocha e Gil (2004); Pestano e Vicari (2004).

<sup>52</sup> Fonseca (2004).

<sup>53</sup> O CBAS de 2007, realizado em Foz do Iguaçu/PR no período de 28 de Outubro a 02 de Novembro de 2007 tinha como tema a “Questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social”. Nesse evento foram apresentadas 689 comunicações orais.

<sup>54</sup> Miranda, Alves e Araújo (2007); Pequeno (2007); Sandra de Oliveira (2007).

<sup>55</sup> Santos e Moura (2007).

<sup>56</sup> O CBAS de 2010, realizado em Brasília – DF, no período de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, tinha como tema “As Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”. Nesse evento foram apresentadas 914 comunicações orais.

<sup>57</sup> Lobato, Cuba e Mendonça (2010); Gabriela da Silveira Oliveira (2010).

<sup>58</sup> Torres (2010).

comunidade e, um (01) no local de trabalho. Os assessorados constituíam-se em profissionais e usuários.

Em resumo, foram identificados treze (13) relatos de experiências, duas (02) reflexões sobre assessoria e uma (01) síntese de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Do total de dezesseis (16) artigos, cinco (05) abordam o trabalho dos assistentes sociais nos projetos de extensão das universidades, cinco (05) nos Conselhos<sup>59</sup> de Direito e de Políticas, um (01) no Núcleo de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, um (01) na área da saúde do trabalhador, um (01) no judiciário, um (01) na área empresarial, dois (02) na comunidade e um (01) no local de trabalho. Os assessorados constituíam-se em profissionais, conselheiros e usuários da área da infância e adolescência e das políticas sociais públicas (saúde, assistência social e educação).

Sobre o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS<sup>60</sup>) destaca-se que é um evento que se constitui como espaço privilegiado para a comunicação dos resultados de pesquisas, produções acadêmicas, discussões e aprofundamentos de temas pertinentes para a capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, além de possibilitar o intercâmbio de experiências e divulgação de trabalhos científicos. Para melhor visualização dos resultados da pesquisa, apresenta-se no Quadro 3 a seguir, os dados coletados nos anais dos ENPESS.

---

<sup>59</sup> Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Regional de Serviço Social

<sup>60</sup> O ENPESS é um dos eventos mais importantes na área do Serviço Social. É a materialização concreta das demandas educacionais e seus desdobramentos na área do Serviço Social na produção de conhecimentos. Criado em 1988 pela antiga Associação Brasileira de Ensino Superior em Serviço Social (ABESS), o Encontro tem como objetivo fundamental o fomento de pesquisas e a produção do conhecimento em Serviço Social. (ABEPSS).

QUADRO 3 – Artigos sobre Assessoria identificados nos ENPESS

ANO	Nº DE ARTIGOS	MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO				ASSESSOR	LOCAL/ ESPAÇO DE ATUAÇÃO	POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA/ÁREA	ASSESSORADOS
		Relato experiência	Reflexão	Pesquisa	Síntese de TCC				
2002	02	01	01	0	0	Assistentes Sociais	02 Comunidade	02 Movimentos Sociais	Profissionais, usuários
2004	04	02	02	0	0	Assistentes Sociais	01 Creche 02 Universidade 01 Hospital	01 Assistência Social 01 Saúde	Profissionais, usuários
2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	02	02	0	0	0	Assistentes Sociais	01 Município 01 Rede pública de educação	01 Assistência Social 01 Educação	Profissionais, usuários
2010	05	03	0	02	0	Assistentes Sociais	03 Hospital 01 Universidade 01 Empresa	03 Saúde 01 Movimentos Sociais	Profissionais, usuários
<b>Total: 4</b>	13	08	03	02	0	Não mensurado	02 Comunidade 01 Creche 03 Universidade 04 Hospital 01 Município 01 Rede pública de educação 01 Empresa	03 Movimentos Sociais 02 Assistência Social 04 Saúde 01 Educação	Não mensurado

Fonte: Anais dos ENPESS de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Nota: Sistematizado pela autora em 2012.

Conforme pode ser visto no Quadro 3, no ENPESS<sup>61</sup> de 2002, foram apresentados dois artigos. Sendo um relato de experiência<sup>62</sup> e uma reflexão<sup>63</sup> sobre a temática da assessoria. Desses dois (02) artigos, um (01) abordava o trabalho dos assistentes sociais nos movimentos sociais das comunidades e, um (01) refletia sobre o trabalho do assistente social na atividade de assessoria. Os assessorados constituíam-se em profissionais e usuários da política social pública de habitação.

Referente ao ENPESS<sup>64</sup> de 2004 foi encontrado quatro artigos sobre assessoria. Sendo dois relatos de experiência<sup>65</sup> e duas reflexões<sup>66</sup> sobre a temática. Dos quatro (04) artigos, um (01) destacava o trabalho dos assistentes sociais na Creche, dois (02) nas universidades e, um (01) no hospital. Os assessorados constituíam-se em profissionais e usuários das políticas sociais públicas de saúde e assistência social.

Quanto ao ENPESS<sup>67</sup> de 2006, no levantamento dos anais não foi encontrado nenhum artigo sobre assessoria. No ENPESS<sup>68</sup> de 2008, foram apresentados dois relatos de experiência<sup>69</sup> em assessoria. Desses dois (02), um (01) abordava o trabalho dos assistentes sociais no município e, um (01) na Rede pública de educação. Os assessorados constituíam-se em profissionais e usuários das políticas sociais públicas de assistência social e educação.

No ENPESS<sup>70</sup> de 2010, foram encontrados cinco artigos sobre assessoria. Sendo três (03) relatos de experiências<sup>71</sup>, e duas (02) apresentações de pesquisa<sup>72</sup>. Dos cinco (05)

---

<sup>61</sup> No ENPESS de 2002, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG, em novembro de 2002, o tema era “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”. Foram aprovados 427 trabalhos (ABEPSS, 2002).

<sup>62</sup> Silva e Silva (2002).

<sup>63</sup> Rodrigues (2002).

<sup>64</sup> O ENPESS de 2004, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – RS, de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004, a temática do Encontro era “Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social”. Para este encontro, foram aprovadas 545 produções. As temáticas mais discutidas foram “Formação Profissional” e “Articulação entre formação e exercício profissional” (ABEPSS, 2004).

<sup>65</sup> Santos e Santos (2004); Ortiz e Lima (2004).

<sup>66</sup> Andréa Gonzaga de Oliveira (2004), Edson Marques de Oliveira (2004).

<sup>67</sup> O ENPESS de 2006, realizado no Campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE, o tema era a “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil”. Nos Anais deste encontro constam 470 trabalhos (ABEPSS, 2006).

<sup>68</sup> O ENPESS de 2008, realizado no período de 01 a 06 de dezembro de 2008, na cidade de São Luiz do Maranhão – MA, o tema era sobre “Trabalho, Políticas sociais e Projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”. Nesse encontro, os debates e discussões orientaram-se no sentido de repensar a profissão face às exigências e desafios do exercício e da formação profissional, no quadro atual das transformações da sociedade. Foram apresentadas 636 comunicações orais (ABEPSS, 2008).

<sup>69</sup> Brisola, Torres e Moreira (2008); Valença e Pezotti (2008).

<sup>70</sup> O ENPESS de 2010, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ, em dezembro de 2010, tinha como tema a “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”, foram aprovados e publicados: 1293 aprovados (ABEPSS, 2010).

<sup>71</sup> Miranda (2010); Farage et al (2010); Vasconcelos et al (2010).

<sup>72</sup> Freire (2010); Gomes (2010).

artigos, três (03) abordavam o trabalho dos assistentes sociais nos hospitais, um (01) na universidade e, um (01) na área empresarial. Os assessorados constituíam-se em profissionais e usuários da política social pública de saúde.

Em resumo, nos quatro ENPESS (2002, 2004, 2008, 2010) foram encontrados oito (08) relatos de experiência, três (03) reflexões sobre a temática da assessoria e duas (02) apresentações de pesquisa. Dos treze (13) artigos, dois (02) explicitam o trabalho dos assistentes sociais nas comunidades, um (01) na creche<sup>73</sup>, três (03) nas universidades, quatro (04) nos hospitais, um (01) no Município, um (01) na Rede pública de educação e, um (01) na área empresarial. Os assessorados eram profissionais e usuários das políticas sociais públicas (saúde, assistência social, educação, habitação).

Conforme os resultados encontrados nos anais dos CBAS e dos ENPESS, a assessoria não foi um tema muito discutido pela categoria profissional no período de 2001 a 2010, do total de 6315 trabalhos<sup>74</sup> publicados apenas 29 abordam a temática de assessoria. Nesses trabalhos, os autores apresentam relatos de experiências, reflexões, apresentações de pesquisas e sínteses de TCC sobre assessorias prestadas pelos assistentes sociais aos Conselhos de Políticas e de direitos, Conselhos Tutelares, às equipes de recursos humanos, aos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação. As sínteses<sup>75</sup> desses trabalhos estão sistematizadas no item a seguir para dar visibilidade ao processo de assessoria realizado pelos assistentes sociais.

### **3.2.1 AS PRODUÇÕES SOBRE ASSESSORIA COM ENFOQUE NA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS**

As modalidades de apresentações dos artigos sobre assessoria nos CBAS e nos ENPESS foram sistematizadas a partir das seguintes categorias: relatos de experiências, reflexões, pesquisas e síntese de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre assessoria.

---

<sup>73</sup> Importa ressaltar que foram preservados os termos conforme coletados nos trabalhos. Porém, observa-se que atualmente utiliza-se o termo educação infantil para denominar a fase escolar compreendida de 0 a 5 anos.

<sup>74</sup> Nos CBAS foram publicados 2944 trabalhos e nos ENPESS 3371.

<sup>75</sup> No Apêndice E, apresenta-se uma síntese final da investigação realizada nos CBAS e ENPESS.



## RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

No relato de experiência de assessoria aos Conselhos de Política e de Direitos, Bravo, Cruzeiro e Araújo (2001) problematizam que a assessoria surge como uma “nova demanda [...] na luta pela defesa e pelo aprofundamento dos direitos de cidadania e da democracia” (p.1). Os autores destacam que a assessoria ao Conselho Municipal de Saúde foi solicitada pela Secretaria de Saúde, e realizada pela equipe de assistentes sociais do Projeto de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no âmbito do controle social.

Bravo, Cruzeiro e Araújo (2001) explicitam que “as experiências de exercício de controle social têm demonstrado a necessidade da capacitação e da assessoria aos conselhos para sua maior efetividade” (p. 6). A experiência vivenciada em Paraty evidencia que quando existe “interesse por parte do poder público em levar adiante o Controle Social, este pode ser um instrumento poderoso de democratização da esfera pública, de aprofundamento e consolidação de direitos de cidadania” (p. 6).

Dentre os procedimentos realizados no processo de assessoria salientam-se a “negociação [do trabalho]; capacitação de conselheiros; [...] estudo do perfil socioeconômico e da saúde do município; elaboração do Plano Municipal de Saúde; devolução dos dados para a aprovação do Plano em plenária municipal de saúde” (BRAVO; CRUZEIRO; ARAÚJO, 2001, p. 2). Como produtos do trabalho os autores citam: a capacitação dos conselheiros de saúde, elaboração e devolução para a população e profissionais de saúde do perfil socioeconômico e de saúde do município, e a construção coletiva de uma proposta de Plano Municipal de Saúde envolvendo população, profissionais de saúde e gestores do sistema municipal de saúde.

O trabalho de Lopes et al (2001) explicita que a assessoria no campo das políticas sociais tem “[...] relevância [...] a partir da promulgação da CF/88. Com a composição do tripé da seguridade social houve uma diversificação de demandas para o trabalho dos assistentes sociais: implantação de conselhos de políticas públicas” (p. 1) nos procedimentos de capacitação dos “conselheiros, elaboração de planos (assistência social, saúde), organização e mobilização popular, fóruns, [...] assessoria na elaboração e gestão de políticas sociais, assessoria a movimentos sociais, pesquisas e planejamentos sociais” (p. 1).

A partir dessa compreensão Lopes et al (2001) afirmam que a assessoria “é uma atividade meio e [...] pode alcançar níveis mais elevados de eficiência, de qualidade e participação na sociedade e na gestão da política pública de assistência social” (p. 1). Para

isso, inicialmente “é necessário que o assessor faça um levantamento da realidade para posteriormente apresentar propostas de atuação” (p. 7), embasadas no conhecimento aprofundado da Política de Assistência Social, bem como das legislações pertinentes à área. Dessa forma, a assessoria ao “CMAS e entidades [promove] um significativo grau de qualificação à rede municipal de assistência social, provocando a constante atualização dos atores envolvidos” (p. 7).

Para Lavoratti, Holzmann e Wlodarski (2001) a assessoria, ao Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência, deve ser entendida a partir da “cooperação, engajamento, troca de conhecimentos, parceria, problematização conjunta, construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das problemáticas decorrentes do processo de Capacitação” (p. 3). Assim, assessoria possibilita

acompanhamento direto às equipes municipais, [no levantamento de] dados sobre a Infância e Adolescência na sua realidade específica visando a elaboração de um Diagnóstico Socioeconômico para subsidiar o trabalho dos Conselhos, e de entidades de atendimento e secretarias municipais e Estaduais. [...] tendo em vista a importância de se conhecer os problemas locais (para direcionar os recursos de forma eficiente e eficaz), o que se está atendendo e o que ainda é preciso atender (p. 7).

O artigo de Gonçalves, Faria e Custódio (2001) relata a experiência de assessoria no âmbito do Serviço Social aos profissionais da equipe do Conselho Consultivo do Programa de Descentralização do Hospital de São Paulo na “implantação, organização e supervisão dos núcleos regionais de atendimento aos portadores de malformações craniofaciais e deficiência auditiva, bem como no atendimento social direto aos usuários” (p. 3). Os autores buscam demonstrar a “importância da atuação interdisciplinar entre a equipe para o sucesso e a continuidade do programa. [...] perspectiva assumida durante os módulos/etapas realizados [...] por meio de encontros e reuniões com a equipe” (p. 7), na busca da qualificação profissional.

Silva e Silva (2002) discutem a “[...] relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais [e] a questão da capacitação [enquanto] meio de habilitar os (as) trabalhadores (as) rurais para a gestão [democrática das Associações e Cooperativas]” (p. 2). Os autores destacam que o trabalho dos assessores foi direcionado para o “fortalecimento da organização política dos trabalhadores, desvelamento das relações de subordinação existentes na sociedade e afirmação da disputa entre classes sociais e seus distintos projetos societários” (p. 2).

O trabalho dos assessores no processo de capacitação contribuiu para o “exercício de relações mais democráticas e com o fortalecimento da organização política dos trabalhadores [...] para garantir seus interesses junto ao governo na esfera federal, estadual

ou municipal, bem como junto aos bancos” (SILVA; SILVA, 2002, p. 3). No trabalho realizado foi constatado que a

relação entre assessores e trabalhadores é uma relação de poder de caráter contraditório e que durante o processo de capacitação podem ser constituídas tanto relações democráticas como relações autoritárias. Nesse sentido, a prática dos assessores pode contribuir tanto para encobrir as relações de dominação e exploração vigentes na sociedade ou pode ainda contribuir com a afirmação e fortalecimento do projeto da classe subalterna através da negação da sociabilidade vigente e do desmascaramento das relações antagônicas existentes na sociedade (SILVA; SILVA, 2002, p. 5).

Lavoratti, Silva e Severino (2004) relatam a experiência de assessoria aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. A equipe de trabalho através da assessoria busca “alternativas de trabalhos com famílias e com crianças e adolescentes e na elaboração de projetos/programas e políticas que visem à melhoria de atendimento a este segmento social” (p. 1). A metodologia de trabalho é “participativa e interdisciplinar, [...] visando identificar os entraves da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente e os avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe para o cenário brasileiro” (p. 1).

Ruiz (2004) problematiza sua experiência de assessoria política realizada ao Conselho Regional de Serviço Social – RJ, a partir de reflexões sobre as atribuições, perfil, concepções e questões relevantes para o efetivo exercício da assessoria. O autor por “similaridade tende a provocar reflexões sobre a assessoria prestada por assistentes sociais que também exercem essa função” (p. 1).

Rocha e Gil (2004) a partir de suas experiências de assessoria aos Sindicatos de trabalhadores petroleiros refletem sobre a “atuação do assistente social em assessoria sindical, na área da saúde do trabalhador [e descrevem] as intervenções realizadas nos desdobramentos do acidente que envolveu a plataforma de petróleo, em Campos – RJ, em março de 2001” (p. 1).

Pestano e Viccari (2004) relatam uma experiência de assessoria desenvolvida através de “cursos e supervisões com profissionais que atuam em diferentes Políticas Sociais. Como conteúdo é proposto, discutido e operacionalizado um instrumental que abrange planejamento execução e avaliação da gestão e da rede de atendimento das políticas sociais setoriais” (p. 1). Para as autoras a atividade de assessoria tem a “[...] perspectiva de contribuir com o avanço das discussões, bem como de novas possibilidades de qualificação dos processos de trabalho destes profissionais” (p. 1).

Para Santos e Santos (2004) o trabalho na Extensão Comunitária tem se consolidado, fortalecendo o tripé da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) “com o compromisso social de disponibilizar o seu saber para o bem comum da sociedade, de forma coletiva com todos os atores sociais que se imbricam numa prática cotidiana nas comunidades” (p. 1). Através da “assessoria sistemática apoiando as atividades com as famílias [com] respaldo teórico-metodológico sócio histórico e respeito aos valores culturais das pessoas da comunidade” (p. 1).

Ortiz e Lima (2004) apresentam as reflexões e os resultados de um processo de consultoria em Serviço Social, prestado por assistentes sociais docentes, à equipe de Serviço Social de um hospital universitário, durante o ano de 2003, bem como as dificuldades impostas ao processo como um todo. Neste trabalho os autores constataam que a consultoria em Serviço Social expressa fértil terreno para o exercício profissional e a prática investigativa.

Miranda, Alves e Araújo (2007) refletem sobre a experiência de assessoria técnica, prestada pelo Serviço Social, ao Conselho Tutelar. Os autores explicitam que suporte “teórico, técnico e investigativo, possibilita indicar e fornecer subsídios para a aplicação de medidas protetivas. Acrescenta-se que a inserção direta neste cotidiano requisita, por vezes, uma dimensão interventiva deste fazer” (p. 3) que pode resultar em propostas de “encaminhamentos à Política de Atendimento e acompanhamento até que a criança e o adolescente tenham seu direito restituído. Vale ressaltar que no processo de assessoria, existe complementaridade onde saberes e práticas se articulam” (p. 3). Ademais, ressalta-se que o “Conselheiro Tutelar traz a bagagem de suas experiências em trabalhos comunitários que se acumulam ao conhecimento específico e ao embasamento teórico acerca da política da Infância e da Juventude que o assessor detém” (p. 3).

Os autores também problematizam que antes de iniciar o processo de assessoria

[...] houve a necessidade de reuniões sistemáticas entre técnicos e conselheiros visando o esclarecimento sobre as atribuições da equipe técnica do conselho tutelar, bem como do entendimento da atividade de assessoria. A partir desses encontros, foi possível a construção de instrumentos de trabalho que objetivassem a sistematização da [intervenção] profissional (livro de ocorrência, formulários para mapeamento diário dos atendimentos, visitas domiciliares e estudos de casos, caderno de recursos comunitários e de rede, entre outros) e a estruturação de um fluxograma de atendimento que otimizasse e ofertasse maior qualidade à população atendida (MIRANDA; ALVES; ARAÚJO, 2007, p. 4).

Para Miranda, Alves e Araújo (2007) o “caminho percorrido na construção de um novo entendimento sobre assessoria técnica fundamentado nos direitos da criança e do

adolescente e no Código de Ética profissional permite afirmar que existe uma gama de possibilidades de intervenção nesse espaço” (p. 6). Pois,

a visão abrangente do campo da criança e adolescente potencializa a assessoria não só no que tange as indicações para aplicação de medidas protetivas, como também, no aprimoramento e qualificação de instrumentos utilizados no cotidiano profissional. Nesse sentido, assessorar o conselho tutelar significa intervir sobremaneira, na qualidade do atendimento prestado à criança e ao adolescente. Considerando o compromisso ético-político do assistente social, podemos sinalizar que a prática de assessoria no conselho tutelar aponta para defesa intransigente dos direitos de cidadania deste segmento que é destinatário enquanto sujeitos de direitos da legislação em vigor (MIRANDA; ALVES; ARAÚJO, 2007, p. 6).

No relato de experiência, Pequeno (2007), explicita que o assistente social na trajetória profissional “sempre esteve inserido no âmbito das políticas sociais, mas fundamentalmente em sua etapa de execução final, na prestação de assistência à população” (p. 8). A partir da ótica da assessoria implica em situar a atuação profissional “em outro lugar, não mais na etapa final de execução, no cumprimento de ordens e determinações judiciais expressas em cada processo que individualiza a vida dos sujeitos e que é encaminhado ao assistente social para a realização da perícia” (p. 9). Para a autora as possibilidades de trabalho na área da assessoria dependem dos “interesses da instituição, mas também, do movimento dos assistentes sociais que são sujeitos, que constroem o processo de trabalho institucional e a história da assistência à infância e juventude brasileira, ainda que em condições adversas” (p. 8-9).

Nesse viés, a perspectiva da assessoria realoca o assistente social em uma concepção de atuação coletiva à medida que não lhe cabe mais ficar a espera da determinação institucional. A assessoria exige do assistente social uma postura crítica e propositiva que pode vir a se expressar em inúmeras frentes de intervenções. Assim, os benefícios de um trabalho nesta vertente tende a impactar o universo jurídico contribuindo com a efetivação dos direitos e, possivelmente, com um novo entendimento das questões de natureza judicial (PEQUENO, 2007).

Sandra de Oliveira (2007) apresenta a experiência de assessoria aos gerentes

na construção do plano de ação de melhoria da ambiência organizacional, como boa prática na gestão de pessoas e espaço de atuação do assistente social. [...] seja qual for a maneira que o profissional esteja atuando, ele precisa estar imbuído de uma qualificação profissional atualizada e de uma postura ética. Sendo assim, a assessoria [...] possibilita a otimização do enfrentamento das requisições que surgem na organização (p. 1-5).

Para a autora a assessoria deve ser considerada como “o carro chefe da atuação do assistente social que atua na promoção da ambiência, pois esta atividade contribui para a

gestão de pessoas e com os resultados da gerencia” (OLIVEIRA S, 2007, p. 1-5). Os autores Brisola, Torres e Moreira (2008) apresentam a experiência de assessoria articulada a um projeto de extensão para a implementação do SUAS. O projeto insere-se na perspectiva da Política Nacional de Extensão, a qual prima pela atuação da Universidade junto à comunidade, visando à emancipação dos indivíduos e grupos sociais, com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. “A realização do projeto é por meio de quatro modalidades: assessoria aos gestores; capacitação da equipe técnica; supervisão técnica e mapeamento sócio territorial nos municípios que estabelecem convênios com a Universidade” (p. 1)

Valença e Pezoti (2008) relatam a experiência de assessoria a um

Programa de Educação Inclusiva de uma rede pública de educação. A partir da construção de um estudo de realidade que subsidiasse o planejamento do referido programa, foi possível construir ações visando o acesso e a garantia de direitos a esta população. O uso da pesquisa como instrumento para o conhecimento da realidade imediata e a sua relação dialética com os fatores conjunturais e estruturais, além de promover ações para além do imediatismo da prática, possibilitam a construção do conhecimento e da relação teoria e prática (p. 1).

Lobato et al (2010) apresentam o processo de assessoria desenvolvido como projeto de extensão, vinculado ao ensino e coordenado pelo Serviço Social de um programa de universidade aberta de terceira idade” (p. 2). O trabalho foi efetuado através de “Oficinas de Direitos Sociais, pela equipe do projeto (duas assistentes sociais e alunos de graduação) [,,,] e dimensionado em duas direções: para os idosos e para os jovens estagiários (p. 2).

Os autores, Lobato et al (2010), destacam que a assessoria foi “desenvolvida por meio da grupalização e tem por objetivo capacitar, qualificar e atualizar os conhecimentos dos idosos e dos estagiários nas questões do processo de envelhecimento e dos direitos sociais” (p. 2). A relevância da assessoria “[...] compreende uma forma de capacitação sobre o processo de envelhecimento e dos direitos sociais para a geração idosa assegurados nas políticas sociais” (p. 1). Além disso, o processo em si “propicia aos idosos vivenciarem melhor o seu processo de envelhecimento e uma participação social mais qualificada, uma vez que possibilita a luta pela realização dos direitos sociais garantidos nas políticas sociais para os idosos para assim ampliar a sua cidadania” (p. 3).

Para os estagiários, a assessoria propicia a visibilidade do trabalho na defesa e ampliação dos direitos sociais, e análise crítica da realidade social. Nesse “contexto, possibilita o compromisso dos estagiários com os objetivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, no qual a equipe se pauta para desenvolver o processo de assessoria com os idosos e viabilizar os seus direitos sociais” (LOBATO et al, 2010, p. 3).

Gabriela da Silveira Oliveira (2010) apresenta “uma sistematização do trabalho profissional baseado na contribuição teórica da monografia da graduação de Serviço Social, tendo como tema a assessoria a comunidade” (p. 1). A partir da compreensão que a assessoria pode ser identificada “como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, junto a um grupo ou vários grupos que a executam, em que o assessor, normalmente, não tem vínculo permanente com o local da prestação” (p. 4) de assessoria. Em geral, essa atividade é solicitada pela equipe institucional, que atua diretamente na organização, ou pelos representantes da gestão.

Assim, o assistente social diante de sua formação e trajetória de trabalho contribui “na medida em que estabelece uma relação dialógica de troca, de reconhecimento, de valorização de cada participante, estimulando o conhecimento crítico, a socialização das informações, o enfrentamento coletivo das dificuldades e a construção de estratégias” (OLIVEIRA G, 2010, p. 7).

Miranda (2010) explicita uma experiência vivenciada pelo Serviço Social na área da saúde pública revelando os desafios ético-políticos com a utilização da ferramenta “planejamento estratégico” no trabalho profissional. A autora afirma que o planejamento estratégico, utilizado tradicionalmente pela gestão das organizações, vem se configurando em um importante instrumento do Serviço Social, com a participação dos vários atores sociais que estão inseridos no campo das políticas públicas.

Os autores Farage et al (2010) apresentam o projeto de extensão do curso de Serviço Social na área da assessoria, com o objetivo de formular e contribuir com a implementação de experiências de formação política e humana para militantes de movimentos sociais e populares, a partir de articulação no âmbito da UFF e de outras universidades públicas ou centros de formação, na perspectiva da defesa dos direitos humanos e de cidadania. No âmbito local, tem como perspectiva a articulação com movimentos sociais e populares na região da baixada litorânea e entorno com o objetivo de criar espaços de formação cidadã.

Vasconcelos et al (2010) busca através de seu estudo identificar a existência e a relevância da assessoria no âmbito dos Hospitais Universitários (HU's) e na efetivação dos princípios do SUS. No âmbito do Serviço Social, o debate sobre assessoria ganha maior relevância com a maturidade do Projeto Ético-Político da profissão. Para Vasconcelos et al (2010) a assessoria é um instrumento que pode ser utilizado para o aperfeiçoamento da prática profissional na direção deste projeto de profissão. É uma alternativa de viabilização da qualidade da intervenção profissional direcionada para o enfrentamento da questão social.

## REFLEXÕES, PESQUISAS E SÍNTESE DE TCC SOBRE ASSESSORIA

Rodrigues (2002) apresenta a síntese dos resultados obtidos através do Projeto de Pesquisa Movimentos Sociais Rurais e Urbanos (Re) construindo um projeto de Assessoria, desenvolvido no âmbito do Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse projeto a assessoria objetiva a “formação via informação e instrumentalização das organizações comunitárias por meio de discussões de temas ligados à problemática específica nas áreas (políticas agrária/agrícola, direitos de cidadania, aposentadoria, dentre outros) através da realização de palestras, seminários encontros, minicursos” (p. 1), em conjunto com as entidades locais. O trabalho realizado contribui

em nível acadêmico, em duas direções: primeiro a aquisição de um conhecimento mais detalhado da realidade concreta, onde se processa a **assessoria** aos movimentos rurais, tornando possível qualificar a equipe do curso de Serviço Social. Em segundo lugar possibilitando articular ensino, pesquisa e extensão, especialmente através das atividades desenvolvidas na extensão e por outro, a inserção de alunos neste triplo movimento, onde se discute questões teóricas metodológicas, referentes aos conteúdos específicos, bem como técnicas de pesquisa, no âmbito acadêmico de ensino, mais precisamente em sala de aula (RODRIGUES, 2002, p. 6).

Andréa Gonzaga de Oliveira (2004) aborda o debate teórico sobre a assessoria no Serviço Social, aprofundando sua relação com a Universidade e o projeto de formação profissional. A autora também tece algumas considerações sobre a “relação entre o projeto de profissão e de formação, e a estratégia da assessoria na articulação entre ensino, pesquisa e extensão”.

Edson Marques Oliveira (2004) também reflete sobre o trabalho do assistente social em consultoria. Para o autor devido à falta de estudos empíricos e teóricos sobre a temática, identificam-se muitos mitos e falácias sobre o assunto. Em vista disso, o autor buscou fazer um breve resgate histórico sobre o tema e apresentar alguns aspectos da atualidade, para desmistificar alguns aspectos desta atividade e apresentar dados concretos pautados em estudo empírico, teórico e prático-vivencial nesta área. E apresentar algumas sugestões e estratégias possíveis para atuação do assistente social nesta área.

Santos e Moura (2007) apresentam “algumas concepções teóricas que norteiam os trabalhos realizados pela equipe do programa de Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias” (p. 01). Segundo os autores nas comunidades são visíveis à desmobilização e a falta de reivindicações da maioria das Associações de Moradores. A partir dessa realidade, o Serviço Social buscou através da assessoria “instrumentalizar os moradores e as associações para que possam conduzir de forma mais democrática e participativa suas ações. Através de intervenções nas próprias residências, no momento em



que são realizados os levantamentos socioeconômicos, realiza-se a sensibilização da comunidade para que estes percebam a importância da mobilização social” (p. 11).

Em vista disso, os autores ressaltam que os resultados e as potencialidades das ações estão sendo sentidos a partir da ampliação do número de participantes na capacitação e o retorno dos atores sociais que estavam inertes e sem ânimo para representar a comunidade. “O Serviço Social vem contribuindo no programa de extensão por desenvolver reflexão teórica, política e crítica do cotidiano, bem como, uma perspectiva de atuação tendo o projeto ético político profissional, como princípio balizador destas ações” (SANTOS; MOURA, 2007, p. 11).

Todavia, destaca-se que a atividade de assessoria aos movimentos sociais, associações ou organismos de representação dos trabalhadores não exime os assistentes sociais de contradições. Ou seja, “também nestes espaços, os profissionais podem estar, tanto quanto qualquer outro profissional, participando dos processos de disciplinarização dos trabalhadores e de seus núcleos familiares” (VASCONCELOS, 2006, p. 13).

Torres (2010) problematiza a assessoria desenvolvida aos profissionais da mesma categoria profissional no período de 2005 a 2008. O trabalho “ocorreu por meio de um contrato estabelecido entre as partes interessadas, de acordo com as necessidades identificadas pelos contratantes e àquelas identificadas pelo profissional”. (p. 2). A autora referenda a imprescindibilidade do preparo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do “profissional que realiza a assessoria, bem como evidencia as múltiplas dimensões constitutivas do trabalho do assistente social” (p. 2).

No processo de assessoria foi percebido que grande parcela dos assistentes sociais tinha dificuldades na identificação de estratégias no campo de atuação que “explícite a particularidade do seu exercício profissional. Ao mesmo tempo, abrem mão da pesquisa como um instrumento capaz de contribuir para o planejamento, elaboração e execução do trabalho” (TORRES, 2010, p. 8).

A autora destaca que o assistente social ao dar visibilidade ao trabalho profissional, “expõe suas contradições, suas discrepâncias, e assim, pode aparar arestas e fortalecer o exercício coletivo da profissão. Negar a análise e as contradições presentes no espaço institucional” (p. 8) compromete o trabalho, “pois dificulta a possibilidade do próprio reconhecimento da organização como espaço de superação, de construção de respostas profissionais concretas” (TORRES, 2010, p. 8).

Na conclusão do estudo, Torres (2010) salienta que através do processo de assessoria pode-se contribuir para que os assistentes sociais “reconheçam e valorizem seu próprio [trabalho] e, ao mesmo tempo, contribuir para a visibilidade do projeto ético-político

que esta profissão propõe e coloca em movimento no decorrer do seu exercício profissional” (p. 8). E como resultado da assessoria “tem-se o reconhecimento da produção de saberes entre os pares” (p. 1).

Freire (2010) apresenta a assessoria aos assistentes sociais de um hospital público universitário no Rio de Janeiro, sobre o controle social nessa instituição, com foco na saúde dos seus trabalhadores, diante dos processos resultantes da crise do capital e do trabalho agravada pela contra reforma do Estado no Brasil e cultura autoritária de gestão, buscando formas de seu enfrentamento. O estudo aponta os resultados dessa assessoria em grupo focal, com ênfase nos bloqueios e possibilidades do controle social nas instituições como espaço central onde são alimentadas as relações sociais e construção de sujeitos políticos.

Gomes (2010) retrata as condições de trabalho dos Assistentes Sociais que atuam em consultoria. Este artigo trata de resultados parciais da pesquisa de mestrado em Serviço Social. O seu objetivo é compartilhar um dos aspectos abordados na pesquisa sobre as condições de trabalho, propostas profissionais e desafios para o Serviço Social. Foi privilegiado o debate sobre as condições de trabalho dos profissionais nesses espaços ocupacionais, que se configuram como uma nova modalidade de prestação de serviços às empresas.

Fonseca (2004) apresenta uma síntese do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a assessoria e Serviço Social. Para a autora é imprescindível que os assistentes sociais desenvolvam a “competência da atividade de assessoria a fim de não perderem possíveis oportunidades de trabalho até mesmo para outras áreas do conhecimento que podem se apropriar da singularidade do trabalho do assistente social” (FONSECA, 2004, p. 1).

Enfim, após a sistematização da produção do conhecimento sobre assessoria conclui-se que os autores da área do Serviço Social apresentam importantes experiências de assessorias junto às políticas sociais públicas.

No próximo capítulo caracteriza-se uma experiência de assessoria para dar visibilidade à operacionalização desse processo de trabalho, bem como indicar as competências necessárias no desenvolvimento do mesmo.

## 4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSESSORIA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAXIAS DO SUL

Neste capítulo, inicialmente apresenta-se o trabalho do assistente social no processo de assessoria realizado pela Universidade de Caxias do Sul ao órgão gestor da assistência social do município de Caxias do Sul. Posteriormente, explicitam-se as competências profissionais requisitadas no processo de assessoria.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO<sup>76</sup> DO PROCESSO DE ASSESSORIA

No município de Caxias do Sul<sup>77</sup>, o órgão gestor da política de assistência social é a Fundação de Assistência Social (FAS), responsável pelo “planejamento, coordenação, negociação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais [...] em sintonia com as instâncias federativas que integram o sistema de operação e de controle social” (BRASIL, CAPACITASUAS VOLUME 1, 2008, p. 24). Igualmente, foi através desse órgão que se estabeleceu, no ano de 2008, uma parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) para

assessorar e prestar consultoria na construção de Orientações para o trabalho com famílias e Orientações Técnicas e de Gestão do SUAS na esfera municipal. [...] com o objetivo de qualificação da política de assistência social, aprimorando os processos de trabalho dos técnicos para assegurar o atendimento das demandas sociais no município, cumprindo com as diretrizes da PNAS – SUAS 2004 (RELATÓRIO TÉCNICO, 2010, p. 15).

---

<sup>76</sup> A caracterização do processo de assessoria foi sistematizada a partir da pesquisa documental dos relatórios técnicos produzidos no processo de assessoria e das entrevistas com os sujeitos partícipes desse processo. O conteúdo foi organizado a partir das seguintes categorias: plano de ação, objetivos, competências, procedimentos metodológicos, avaliação e principais resultados da assessoria. Em relação ao plano de ação, apresentam-se as concepções/reflexões identificadas sobre a necessidade, finalidade e as condições políticas, financeiras e administrativas disponibilizadas para a execução do trabalho. Referente à operacionalização, explicitam-se os procedimentos metodológicos, a construção dos instrumentos operacionais e das sistematizações dos materiais didáticos. Concernente às avaliações, apresentam-se as ações planejadas e os principais resultados alcançados.

<sup>77</sup> Caxias do Sul localiza-se na encosta superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, possui uma população de aproximadamente 435.564 mil habitantes, conforme estimativa da População 2011 do IBGE, diante do número de pessoas caracteriza-se como de grande porte. O município, referente à política de assistência social, encontra-se habilitado em nível de gestão plena, tendo a gestão total das ações de Assistência Social.

A necessidade da assessoria foi identificada pelo órgão de controle social (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS) a partir de um diagnóstico realizado nas instituições governamentais e não-governamentais da rede socioassistencial do município. Nesse diagnóstico foi constatada uma “disparidade de concepções e modalidades de trabalho desenvolvidas com as famílias/indivíduos, a ausência de profissionais com formação superior e vínculo empregatício em algumas instituições do município” (CARRARO, 2010, p. 160).

Em vista disso, o CMAS e o gestor da política de assistência social buscaram a parceria da Universidade de Caxias do Sul (UCS) tendo como pressuposto que a “qualificação dos serviços e os conhecimentos socializados subsidiam ações que possam lograr maior alcance e efetividade, beneficiando trabalhadores e especialmente o público usuário” (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2005, p. 01). E considerando que

para a universidade é fundamental alimentar-se da vivência cotidiana e das novas demandas que são postas pela sociedade, para que se mantenha atualizada, respondendo e formando profissionais propositivos e capacitados a enfrentar a realidade concreta, além de cumprir com uma de suas importantes atribuições, qual seja, a oferta de oportunidades para a formação continuada de profissionais graduados e, por fim, contribuir para o desenvolvimento da sociedade, da qual é parte (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2005, p. 01).

Sobre o processo de assessoria<sup>78</sup>, objeto de pesquisa dessa dissertação, ressalta-se que o trabalho foi desenvolvido no período de 2008 a 2010, na atividade de extensão da UCS, por três professores (assistente social, psicóloga e cientista política), estagiários de Serviço Social, e uma assistente social<sup>79</sup> (contratada). A coordenação da assessoria era exercida pela professora assistente social.

No plano de ação do trabalho tinha-se como objetivo geral “formular e executar estratégias e ações, propiciadoras do avanço da construção das Orientações [do trabalho com famílias], inclusive nos aspectos de compreensão e adesão [...] pelos diferentes [...] trabalhadores da rede socioassistencial” (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 8).

<sup>78</sup> Apresenta-se no Apêndice F, uma síntese que retrata o movimento dos sujeitos que entraram, saíram e/ou permaneceram no processo de assessoria no período de 2008 a 2010.

<sup>79</sup> Foi percebido que a demanda e complexidade do trabalho exigia um acompanhamento, de ordem eminentemente técnica, que pudesse orientar as entidades em suas dificuldades particulares e analisar os cadastros, diagnósticos e planos individuais de atendimento das famílias atendidas, relatório técnico final elaborado pelas entidades executoras. Diante disso o grupo de trabalho recomendou que fosse disponibilizado um assistente social com recursos do FMAS, com 30 horas semanais (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008).

Conforme o relato de um sujeito<sup>80</sup> que participou do processo de assessoria destaca-se que o

plano de ação para a operacionalização da assessoria continha: justificativa, diretrizes da construção das orientações, objetivos, atribuições e responsabilidades dos [...] envolvidos [...], procedimentos metodológicos, recursos e cronograma. A partir desse plano o GTT avaliava se os objetivos delineados haviam sido alcançados, se as ações desenvolvidas tiveram efetividade, os aspectos facilitadores/dificultadores e os desafios que [precisavam] ser enfrentados. (Sujeito 01)

Para deliberar as decisões e os procedimentos metodológicos foi formado um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) composto por representações da FAS (assistentes sociais, psicólogos e educador social) e do CMAS (assistentes sociais). Os representantes do grupo começaram a se reunir em março de 2008, uma vez por semana na universidade, sendo no período da manhã reunião dos integrantes do grupo e a tarde encontro coletivo com os trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos).

A partir do plano de ação (2009) apreende-se que a universidade através da assessoria se propôs a contribuir com “a construção de interpretações e explicações da realidade social [...] no sentido de melhor compreensão acerca dos fenômenos com os quais os técnicos operam, como forma de (re) orientar a intervenção” (p. 13). Em vista disso, destaca-se que “um dos principais objetivos da assessoria/consultoria está em colocar a disposição dos envolvidos ferramentas teóricas, metodológicas e operacionais que permitam aos mesmos desvelar e compreender o movimento da realidade social” (p. 13). Em outras palavras “contribuir [...] para que os envolvidos apreendam as alternativas e as coloquem em ação [...] a partir do que se encontra definido socialmente em nível ético e legal” (p. 13).

Referente aos aspectos metodológicos, a premissa do trabalho socioeducativo<sup>81</sup>, foi

norteadora de todos os procedimentos, incluindo o uso dos instrumentos (capacitação, supervisão e avaliação) e técnicas (oficinas pedagógicas, atendimentos individualizados, elaboração de documentos) [...] buscando efetivar as diretrizes da [...] construção coletiva<sup>82</sup>; coordenação efetuada por um colegiado (GTT); assessoria permanente, por parte da UCS, aos processos de discussão, reflexão e produção de conhecimentos (p. 15).

<sup>80</sup> Destaca-se que foram entrevistados ao todo sete sujeitos (quatro representantes da universidade, dois da FAS e um do CMAS).

<sup>81</sup> “Através do trabalho socioeducativo, pretende-se que os profissionais envolvidos no processo possam adquirir novos conhecimentos, atitudes, posturas e, diante disto, tomada de decisões [...], ou seja, esta perspectiva de trabalho, baseia-se em uma prática reflexiva que tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social [...]. A prática reflexiva [...] não se limita à ação; ela também tem vínculos com suas finalidades e com seus valores subjacentes” (PLANO DE AÇÃO, 25).

<sup>82</sup> “A construção coletiva pressupõe que diferentes atores devem produzir reflexões conjuntas – trocas de saberes – e isto resultar em conhecimento, por isto, o caráter da participação de diferentes sujeitos é de ordem eminentemente política” (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 22).

Salienta-se que o trabalho, baseava-se “em uma prática reflexiva que tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social”. Ou seja, através do trabalho socioeducativo pretendia-se que “os profissionais envolvidos no processo [pudessem] adquirir novos conhecimentos, atitudes, posturas e, diante disto, tomada de decisões” (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 25). Nessa perspectiva, a universidade desenvolveu funções

técnica<sup>83</sup> e acadêmica<sup>84</sup>, no sentido de efetivar os motivos pelo qual a assessoria foi estabelecida, ou seja: contribuir com elementos teóricos para a construção do plano de monitoramento e avaliação [...], elaborar glossário de conceitos usados [nas Orientações do trabalho com famílias], capacitar as entidades executoras quanto a testagem da proposta teórico-metodológica; supervisionar coletivamente, quando das oficinas pedagógicas, as entidades executoras quanto a testagem da proposta teórico-metodológica; indicar ao GTT estratégias pedagógicas para trabalhar as dificuldades dos técnicos na testagem da proposta teórico-metodológica; disponibilizar material de apoio técnico e teórico aos profissionais de referência das entidades executoras, enquanto subsídio na aplicação da proposta teórico-metodológico de intervenção; capacitar, subsidiar, assessorar e supervisionar as entidades nos aspectos teórico-metodológicos de atendimento familiar; revisar, re-adequar a proposta teórico-metodológica diante das avaliações efetuadas; organizar a proposta teórico-metodológica para publicação; assessorar teoricamente na construção de estratégias e alternativas para o avanço e definição das competências no trabalho com famílias nas modalidades de proteção básica e proteção especial; identificar necessidades e demandas no processo de desenvolvimento do programa, buscando alternativas as mesmas (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 12-13).

Em outros termos, através da assessoria esperava-se “o aprimoramento do trabalho no sentido teórico e prático, [elevando-se] a qualidade da atividade desenvolvida por aquele determinado profissional e, por conseguinte, dos demais profissionais e gestores envolvidos” (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 19). Infere-se que as reflexões e problematizações realizadas pelos assessores junto aos trabalhadores sociais foram a partir dos conhecimentos<sup>85</sup> e das

<sup>83</sup> A função técnica possui como finalidade, fornecer “[...] subsídios para correção de desvios no decorrer do processo [...], indicando em que medida os objetivos e mudanças ocorreram e subsidiando a elaboração ou o redimensionando” (SILVA e SILVA, 2008, p. 114). A função técnica [...] veicula-se através de procedimentos de capacitação, supervisão e avaliação, seja em aspectos legais (definições da política pública de assistência social), teórico-metodológicos ou técnico-operativos.

<sup>84</sup> “A função acadêmica busca desvelar ‘[...] determinações e contradições presentes no processo e no conteúdo [da política pública de assistência social, particularmente no que concerne a matricialidade sociofamiliar evidenciando os significados mais profundos dessa política] (sua essência) para a construção do conhecimento’ (SILVA e SILVA, 2008, p. 114)” (PLANO DE AÇÃO, 2009, p. 23).

<sup>85</sup> Conhecimento e domínio da(o): “Constituição Federal de 1988; LOAS/1993; ECA/1990; PNAS/2004; Política Nacional do Idoso/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da pessoa com Deficiência/1989; NOB/SUAS/2005; Leis, decretos e Portarias do MDS; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho social com e para famílias, seus membros e indivíduos; Legislações específicas das profissões regulamentadas; trabalhos com grupos e redes sociais” (MDS, 2006, p. 18-19).

competências dos trabalhadores sociais fundamentadas nos Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais<sup>86</sup> e dos Psicólogos<sup>87</sup> na Política de Assistência Social.

Em relação à participação dos sujeitos no processo de planejamento apreende-se que

“[...] todas as ações que envolveram o planejamento [...] sempre se deram de forma coletiva, com diversas discussões envolvendo todos os participantes – CMAS, FAS e UCS. Além disso, os trabalhadores [...] atuaram enquanto partícipes dos processos de planejamento, opinando e contribuindo nos desenhos que as mesmas foram tomando”. (Sujeito 07)

Diante do extrato de fala do sujeito entrevistado infere-se que o planejamento do trabalho foi realizado a partir de discussões e reflexões de forma coletiva com todos os envolvidos no processo. Nessa perspectiva, o produto “resultante do planejamento, não é um simples documento a ser consultado. Além de referência para [a intervenção], é um instrumento de negociação, de registro do trabalho realizado” (VASCONCELOS, 2007, p. 5).

Dessa forma, infere-se que o plano de ação era utilizado para direcionar e avaliar os objetivos e as decisões sobre os “caminhos a serem percorridos [...] e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, [...] e à redefinição” (BAPTISTA, 2003, p. 13) das ações. Ou seja, apreende-se que os sujeitos do processo de assessoria através do exercício da avaliação<sup>88</sup> buscavam “[...] assegurar uma permanente adequação do planejado e do executado à intencionalidade do planejamento, considerando a dinâmica das variações e desafios postos na situação enfrentada” (BAPTISTA, 2003, p. 115).

Para isso, é fundamental avaliar se: a) os objetivos e as metas propostas dão conta das demandas que se propõem a atender; b) as estratégias adotadas propiciam o alcance dos objetivos e das metas propostas no planejamento; c) as ações planejadas contemplam

<sup>86</sup> Competências para: realizar pesquisas e estudos sistemáticos; formular, elaborar, executar e avaliar planos, programas, projetos, benefícios e serviços; planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços sócio assistenciais; prestar assessoria e consultoria em matéria relacionada à política de Assistência Social e acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres; realizar estudos sócio econômicos; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos; exercer funções de direção e/ou coordenação; realizar, organizar e coordenar conferências, seminários e eventos; supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários(as) de Serviço Social (CFESS, 2007, p. 30).

<sup>87</sup> Competências para: realizar estudos, pesquisas e supervisão; desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo; avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas; fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos(as) a serem empreendedores(as), gestores(as), empregadores(as) ou líderes nas equipes de trabalho (CFESS, 2007, p. 34).

<sup>88</sup> Considerando que a avaliação “desvela caminhos que se abrem para a superação não apenas da ação, mas também do seu planejamento. Dessa maneira, subsidia as decisões relacionadas com o prosseguimento, retração, expansão e/ou reformulação do empreendimento” (BAPTISTA, 2003, p. 115).

os desejos, as aspirações e as necessidades dos assessorados; d) os resultados atingidos são compatíveis com os resultados esperados ou se outros resultados não traçados no planejamento foram alcançados (CARRARO, 2011).

A partir desse entendimento, o planejamento é um processo contínuo de “reflexão, decisão, ação e retomada de reflexão” (BAPTISTA, 2003, p. 16), baseado em estudos, pesquisas e diagnósticos a acerca das dificuldades vivenciadas pelos envolvidos e a busca de alternativas. Essa concepção fica explícita na seguinte fala

[...] o planejamento, à medida que é executado, necessita ser retomado – em função da realidade social que está em constante transformação, do contexto (estrutural, conjuntural) em que as ações são desenvolvidas, das novas demandas de trabalho que surgem e dos sujeitos que participam dos diferentes processos de trabalho desenvolvidos –, no sentido de revisar os objetivos, as atribuições [...] no processo, as estratégias empregadas para o alcance dos objetivos, o cronograma de execução das atividades, entre outros. (Sujeito 01)

Sob essa perspectiva, é possível referir que no processo de assessoria em Caxias do Sul as ações foram sendo revistas à medida que os objetivos, as estratégias e as atribuições foram desenvolvidos. Referente à apresentação do plano de assessoria (6 de 7) sujeitos destacam que

[foi] comunicado aos dirigentes das entidades [e] trabalhadores. [...] foi apresentada a justificativa de construir critérios e diretrizes comuns para a execução de serviços de ações continuadas no município [no] trabalho com famílias. (Sujeito 01)

[foi] apresentado pelo gestor municipal em reunião com os trabalhadores [...] em assembleia do CMAS. (Sujeito 02)

[...] foi apresentada a proposta no CMAS e em espaços específicos com os trabalhadores das entidades socioassistenciais. (Sujeito 03)

Foram realizadas várias reuniões com as direções e técnicos, conjuntamente FAS e CMAS. (Sujeito 04)

A apresentação aconteceu em forma de oficinas, capacitações. (Sujeito 05)

A proposta foi apresentada aos mesmos quando da execução, capacitações e supervisões. (Sujeito 07)

É possível identificar através dos extratos de fala (6 de 7) que o gestor municipal (FAS) e os demais representantes do GTT, apresentaram a proposta de trabalho para os dirigentes e trabalhadores sociais nas assembleias do CMAS e nas capacitações e supervisões realizadas. Evidencia-se assim a premissa norteadora do trabalho sócioeducativo: a participação de diferentes sujeitos no processo de trabalho, ou seja, a construção coletiva.



Quanto à operacionalização da assessoria, apreende-se, diante da pesquisa documental, que os assessores disponibilizaram materiais teóricos e de apoio técnico sobre trabalho com famílias; discutiram, problematizaram e organizaram as capacitações, supervisões aos profissionais das entidades e a construção das Orientações<sup>89</sup> do trabalho com famílias. As capacitações e supervisões foram realizadas a partir de discussões e reflexões sobre: “[...] família na contemporaneidade, [...] diagnóstico familiar, plano de intervenção [e] instrumentos<sup>90</sup> operacionais” (CAXIAS DO SUL, RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 35).

Em outras palavras os procedimentos utilizados pelos assessores estavam em consonância as Orientações Técnicas sobre o trabalho social com famílias

prática profissional apoiada em saber científico, que para ser efetiva depende de consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais, da adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados de estudo e análise permanente dos conceitos fundamentais, tais como: família e território, nas abordagens sociológica, antropológica, econômica, psicológica, entre outras; do planejamento e análise das ações a serem adotadas no desenvolvimento do trabalho; da promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço; do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe; do conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 12-13).

Além disso, importa ressaltar que o trabalho social com famílias pressupõe responsabilidade estatal na proteção às famílias e profissionais qualificados, aptos a compreender a realidade dada e construir conhecimento, com os quais questionam as estruturas sociais injustas, elaborando estratégias para modificá-las (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012).

Concernente à construção dos instrumentos operacionais para a operacionalização do trabalho com famílias destaca-se que

---

<sup>89</sup> As orientações do trabalho com famílias “será o documento normatizador da concepção e da execução do trabalho com famílias no SUAS, na implementação de serviços, programas e projetos de proteção social básica e proteção social especial no município de Caxias do Sul” (CARRARO, 2011, p. 191). Para maiores informações, destaca-se que a avaliação da construção das orientações para o trabalho com famílias, no período de 2008 a 2010, foi objeto de estudo da assistente social Gissele Carraro na dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2011.

<sup>90</sup> Os instrumentos operacionais “resultaram em documentos norteadores e avaliadores da intervenção” (CAXIAS DO SUL, RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 28). Entre eles destaca-se: ficha de atendimento e acompanhamento familiar; ficha de monitoramento in loco; roteiro para análise do diagnóstico familiar; roteiro para análise do plano individual de atendimento; manual de orientações básicas para a sistematização do relatório técnico final das entidades.

foram sistematizados pelos membros do Grupo Técnico de Trabalho, a partir de discussões, reflexões e problematizações efetivadas nos encontros coletivos com os trabalhadores das entidades de assistência social. (Sujeito 01)

resultou [...] dos consensos obtidos nas oficinas pedagógicas com as entidades [...], de definições no GTT subsidiadas por pesquisas e sistematizações realizadas. [...] Os instrumentos foram testados e rediscutidos quando necessário. (Sujeito 03)

A construção dos instrumentos [tinha] como premissa a construção coletiva, [...] foram discutidos em várias oficinas. (Sujeito 04)

A construção dos diferentes instrumentais operacionais se deu de forma coletiva e participativa, contando com as contribuições da UCS, trabalhadores das entidades [...] e estruturados a partir das diversas discussões, reflexões e problematizações ocorridas nos encontros coletivos. (Sujeito 07)

Dos sete entrevistados, quatro referem que os instrumentos operacionais foram construídos a partir de discussões, reflexões e problematizações ocorridas nos encontros coletivos visando à articulação do conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e as experiências dos trabalhadores. Nas citações<sup>91</sup> a seguir observa-se a relevância destacada pela construção coletiva dos instrumentos operacionais

Consideramos relevantes todos os roteiros propostos e também bem fundamentados teoricamente. (ENTIDADE 02, 2003, p. 34).

Os instrumentos e roteiros [...] foram relevantes e adequados, pois possibilitaram medir e avaliar os procedimentos realizados pelos técnicos. Os mesmos possuíam coerência, compatibilidade e são possíveis de executar [...] os técnicos contaram com apoio e supervisão do grupo técnico para a construção e a sua aplicação prática (ENTIDADE 07, 2008, p. 26-31).

Nessa direção, pode-se afirmar que a construção coletiva é um meio de aprendizagem e proporciona aos envolvidos conhecimentos teórico-práticos para discussões, reflexões e aperfeiçoamento das intervenções profissionais ou mudanças nas formas de agir. Todavia, duas profissionais das entidades apontam como pontos negativos na construção dos instrumentos as seguintes questões

[...] consideramos que em alguns momentos eles se tornam incompatíveis com a execução dentro da dinâmica institucional e que uma maior clareza, praticidade e objetividade viriam proporcionar maior fluidez no desenvolvimento do trabalho e nas rotinas propostas (ENTIDADE 02, 2008, p. 34).

[...] a linguagem dos roteiros e instrumentos foi parcialmente adequada, pois a consideramos excessivamente teórica e com pouca aplicabilidade. A

---

<sup>91</sup> Ressalta-se que as citações foram extraídas dos relatórios técnicos das entidades (08) produzidos no processo de assessoria no período de 2008 a 2010.

relevância deles é inquestionável, porém em função dos fatores acima descritos, ficaram com pouca acessibilidade (ENTIDADE 03, 2008, p. 88).

Os aspectos abordados (2 de 8) remetem diretamente as dificuldades enfrentadas na compreensão e aplicação dos instrumentos no espaço sócio ocupacional. Mas, ao considerar que esses instrumentos foram “estruturados a partir das discussões, reflexões e problematizações ocorridas nos encontros coletivos com as entidades [...] e seus resultados discutidos e revisados no decorrer dos encontros coletivos” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 28), observa-se, diante dos relatos, que essas profissionais não se sentiram partícipes do processo de construção.

No que refere as condições políticas, administrativas e financeiras disponibilizadas para a execução da assessoria os sujeitos destacam

[...] vontade política da atual gestora em buscar qualificação para o atendimento às famílias [...]. (Sujeito 02)

[...] disponibilização de horas pela universidade às professoras para o desenvolvimento da assessoria, a remuneração de uma estagiária (houve três trocas de estagiárias, principalmente pelo fato de as estudantes concluírem seus cursos) e a disponibilização de recursos materiais e estruturais. Por parte do órgão gestor [...] a liberação de horas de trabalho dos trabalhadores. (Sujeito 03)

[...] interesse político do gestor [...] e um desejo tanto do Conselho [...] quanto do gestor [...] e da própria universidade. (Sujeito 06)

[Na UCS] liberação de horas para [...] professores/estagiários [...] bem como estrutura física e outros incentivos, da mesma forma como a FAS disponibilizou horas e recursos para os trabalhadores participarem de todo processo e o CMAS disponibilizando espaço político [...]. (Sujeito 07)

A partir das falas expressas (4 de 7) identifica-se que as condições políticas foram traduzidas no interesse e na vontade política de qualificar o trabalho com famílias em Caxias do Sul. As condições administrativas foram propiciadas através da disponibilização de tempo, recursos humanos, materiais e institucionais, organização do trabalho e definição de fluxos, e as condições financeiras foram ofertadas através de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Em suma, apreende-se que as condições disponibilizadas e o processo político estabelecido foram propícios para a operacionalização do trabalho de forma coletiva. Cabe ressaltar que a “articulação política entre os entes envolvidos em suas diversas ações foi, sem dúvida, imprescindível e decisivo nas várias situações que insurgiram durante o desenvolvimento das atividades” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 46). Aliás, foi

[...] a partir [...] das discussões nas assembleias do CMAS que foi detectado que na rede socioassistencial de Caxias do Sul, havia vários entendimentos

e formas de trabalho que eram considerados trabalho com famílias. (Sujeito 3)

Essa apreensão foi evidenciada na totalidade (7 de 7) das mensagens expressas pelos sujeitos entrevistados. Diante disso, constata-se que no espaço do CMAS foram realizadas discussões sobre as disparidades dos atendimentos/intervenções com as famílias na rede socioassistencial. E, a partir desse diagnóstico

[...] foi estabelecido e consensado no CMAS a necessidade de [...] uma metodologia única de trabalho com famílias no âmbito da política de assistência social no município e também a necessidade de assessoria por parte da universidade [...] para a proposição de metodologia e constituição dessa junto aos trabalhadores da assistência social. (Sujeito 03)

Como pode ser observado no relato destacado, no CMAS foi identificada a necessidade da assessoria da universidade e a importância do envolvimento e participação dos trabalhadores sociais nesse processo. Considerando o compromisso social da universidade com as demandas da sociedade, os processos de formação profissional, bem como o compromisso do poder público com a qualidade das ações ofertadas e a qualificação dos trabalhadores da política de assistência social.

Sobre a finalidade da assessoria os entrevistados referem que a intenção era:

[...] assessorar as profissionais das entidades [...] para uma efetiva qualificação no atendimento das famílias. (Sujeito 02)

[...] qualificação [dos] processos de trabalho dos técnicos [...] da rede socioassistencial, para assegurar o atendimento das demandas sociais no município, na direção dos objetivos, princípios e diretrizes da política social pública de assistência social, no cumprimento de suas funções de proteção social, vigilância social, e defesa de direitos. (Sujeito 03)

[...] assessorar os profissionais das entidades em elementos teórico-metodológicos no que concerne o atendimento às famílias. (Sujeito 04)

A partir das falas é possível perceber a necessidade e a importância da qualificação profissional para realizar os processos de trabalho com os sujeitos/famílias. Tendo como pressuposto que o trabalho com famílias requisita do profissional leitura da realidade e, posteriormente, identifique juntamente com as famílias, as estratégias e possibilidades que podem ser mobilizadas, criadas ou fortalecidas para a superação das necessidades e vulnerabilidades existentes.

Desse modo, a potencialização da autonomia das famílias, e conseqüentemente o protagonismo das mesmas, se processa com base nas relações que se estabelecem a partir da interação de aspectos objetivos (acesso a bens e serviços, na quantidade e qualidade necessárias) e subjetivos (autoestima, protagonismo, capacidade de decisão e ação) e da

complexa interação de fatores relativos às histórias particulares e específicas das famílias (contextuais e localizadas), e fatores relativos aos sistemas e estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais (de forma geral). Sob essa perspectiva, destacam-se as seguintes citações

o atendimento as famílias já era uma prática realizada pela nossa instituição, porém não de forma tão organizada, registrada e sistematizada como vem ocorrendo (ENTIDADE 02, 2008, p. 27).

[...] visualizamos a modificação nos processos de trabalho, desde o ingresso do usuário e sua família, [...] até a construção conjunta e a aplicabilidade do plano individual de atendimento (ENTIDADE 03, 2008, p. 89).

[...] percebeu-se quanto é importante o embasamento teórico realizado através de estudos teóricos, sistematizações, leituras, reflexões em conjunto, qualificando a prática profissional (ENTIDADE 05, 2008, p. 27).

Anteriormente alguns procedimentos eram realizados, mas não documentados de maneira organizada e muita coisa era perdida (ENTIDADE 07, 2008, p. 25).

o planejamento torna-se uma ferramenta indispensável e norteadora para a identificação dos objetivos e para a atuação das demandas junto à família. Tudo fica mais claro e visível a partir do momento em que as ações são planejadas e descritas, dando direção ao trabalho. (ENTIDADE 08, 2009-2010, p. 46).

As observações das profissionais das entidades (5 de 8) indicam o reconhecimento da importância do planejamento do trabalho de forma coletiva, da organização dos registros e das sistematizações dos atendimentos, assim como o embasamento teórico para qualificar os processos de trabalho e visualizar a totalidade do atendimento.

Outra questão destacada sobre o trabalho pode ser apreendida nas seguintes citações

Pensamos que a busca constante pelo saber e o aprimoramento das práticas realizadas são alguns dos pontos cruciais [...] é uma possibilidade real de qualificação das atividades realizadas com famílias na instituição (ENTIDADE 02, 2008, p. 26-35).

Acreditamos que todos os esforços individuais e as ações coletivas realizadas [...] tem sido de significativa importância para a qualificação do atendimento prestado às famílias. [...] o pensar coletivo, norteador pelo saber teórico, compartilhado pelos profissionais [da academia] e pelos técnicos, trouxeram subsídios, que sem dúvida foram fundamentais para a [...] qualificação de instrumentos norteadores das ações (ENTIDADE 03, 2008, p. 75-76).

O trabalho com as famílias está sendo qualificado e do profissional também (ENTIDADE 08, 2008).

De um lado, algumas profissionais das entidades explicitam a importância da construção coletiva do trabalho e a necessidade da aproximação da academia para a qualificação das intervenções no enfrentamento da diversidade de situações do cotidiano profissional. Por outro, destacam que

[...] exigiu [...] uma mudança nas práticas, nas concepções, em novas capacitações que vem possibilitando compreender e entender o processo de mudanças na forma de atendimento às famílias, além da busca pela qualificação profissional. Está acontecendo uma releitura quanto a este novo modelo de abordagem, o qual deve contemplar, na sua integralidade, o núcleo familiar. A dificuldade dos atores envolvidos neste processo de compreender estas mudanças advém de uma trajetória cultural de protecionismo e da inexistência de uma política voltada ao direito (ENTIDADE 08, 2010, p. 20).

Essa afirmação expressa às dificuldades enfrentadas no processo coletivo, na revisão de concepções e intervenções da ótica assistencialista para a 'releitura' do trabalho com famílias no âmbito dos direitos e da perspectiva emancipatória.

Além desses aspectos ressaltados pelos entrevistados é primordial ressaltar que o trabalho com famílias deve fundamentar-se em “[...] princípios, diretrizes e estratégias que garantam direção política emancipadora à ação” (WANDERLEY, 2008, p. 12). Relativo aos princípios considera-se que são os valores maiores que nos movem (PRATES, 2010a), ou seja, a intencionalidade almejada no conjunto de ações a serem desenvolvidas na atenção às famílias e seus membros. Os princípios orientadores para o trabalho com famílias estão definidos na Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e na Política Nacional de Assistência Social (2004) e traduzidos na (no):

- a) supremacia do atendimento às necessidades sociais em detrimento das exigências de rentabilidade econômica;
- b) universalização dos direitos sociais;
- c) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária;
- d) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- e) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e critérios para sua concessão.

Entretanto, somente esses princípios não bastam, o trabalho com famílias deve considerar diretrizes gerais, particulares à intervenção profissional balizadoras das competências teórico-metodológica e técnico-operativa e do compromisso ético-político.

Em outras palavras, as normas gerais de caráter permanente, norteadoras do desenvolvimento do trabalho junto às famílias e seus membros destinatários das políticas sociais públicas (CARRARO, 2011). As diretrizes do trabalho com famílias, presentes nas normatizações do MDS, constituem-se no (a)

- a) respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, sua história de vida, seus valores, suas crenças, identidades das famílias, vinculação e formas de interação, a rede social de apoio com que conta; fortalecimento da cultura do diálogo; combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares; enfoque da família a partir de seu contexto sociocultural e econômico;
- b) entendimento de que os distintos arranjos existentes se encontram em constante movimento, transformação, podendo ser fonte de afeto e de conflito; reconhecimento de necessidades e expectativas diferenciadas dos seus membros, em especial, de acordo com a forma como esse grupo se organiza (família monoparental, extensa, entre outros);
- c) conhecimento das competências e potencialidades da família; adoção do diálogo, da cooperação e da interação permanente como dinâmica de trabalho;
- d) adoção da ética, do respeito mútuo e do compromisso com a competência profissional qualificada, possibilitando a criação de vínculos de confiança entre grupo familiar, seus membros e comunidade;
- e) entendimento de que as relações que a família estabelece com o contexto social e cultural são determinantes no cumprimento, das funções de proteção e desenvolvimento do grupo familiar (MDS, 2004).

Para efetivar os princípios e as diretrizes do trabalho com famílias requisita-se “leitura permanente da realidade social, pois independente do modo como a família está composta, da forma como está organizada ou dos valores que a sustentam deve-se reconhecê-la na totalidade da vida social” (CARRARO, 2011, p. 130).

Portanto, o desvelamento e a apreensão das contradições existentes na sociedade capitalista possibilitam a criação de estratégias e formas de acesso aos recursos sociais enquanto direitos e o exercício de relações democráticas que contribuam com a desalienação dos diferentes sujeitos com os quais os profissionais contracenam nas relações cotidianas. Dessa forma

é pressuposto que a realidade social seja apreendida sob a perspectiva das relações sociais e do modo como se constituem objetivamente (fatores de ordem social, econômica e cultural que a compõem, seus problemas e suas possibilidades) e subjetivamente (percepção das pessoas que a vivenciam), num determinado contexto sociocultural e econômico e numa dada conjuntura histórica (CARRARO, 2011, p. 123).

Aliás, cabe mencionar, em consonância a Carraro (2011), que a “integralidade do atendimento às famílias também deve levar em conta a complementaridade entre as políticas sociais no atendimento às diferentes necessidades humanas básicas” (p. 131). Para tanto, necessita-se da “articulação e a cooperação entre políticas setoriais, serviços, programas, projetos e benefícios, na busca do desenvolvimento de ações que deem conta da diversidade de expressões da questão social a serem enfrentadas” (p. 131) no exercício profissional.

Enfim, infere-se que as ações planejadas pelos assessores buscavam “trabalhar as deficiências [da formação profissional], recursos e possibilidades [dos trabalhadores] tendo em vista as respostas concretas e imediatas que [os mesmos precisam] dar às demandas que a realidade põe à sua ação” (VASCONCELOS, 1998, p. 132-133).

Conforme os sujeitos entrevistados (7 de 7) eram utilizadas diversas estratégias para que os envolvidos no processo refletissem “[...] acerca da situação, dos objetivos, dos meios, do lugar, das operações envolvidas” (PERRENOUD, 2002, p. 31). Ou seja,

[...] no primeiro momento se fazia uma exposição oral de conceitos/concepções sobre o tema tratado e concomitante ou num segundo momento os trabalhadores das entidades faziam questionamentos do que não estava claro, o que não compreendiam. [...] Depois num terceiro momento, principalmente nas discussões sobre diagnóstico e plano individual de atendimento eles traziam situações concretas das famílias que eles atendiam para discutir e aplicar os conhecimentos discutidos nas oficinas em seu cotidiano de trabalho junto às famílias atendidas/acompanhadas pela instituição. (Sujeito 01)

[...] os técnicos discutiam, problematizavam, questionavam, articulavam aspectos normativos com a realidade cotidiana vivenciada por eles. (Sujeito 04)

Todavia, nota-se na afirmação a seguir a opinião contrária de uma entidade assessorada

com relação às oficinas [...] considera-se que a forma como foi conduzida, foi extremamente teórica, não possibilitando maior troca de experiências durante tais atividades, como era esperado por nós (ENTIDADE 04, 2008, p. 34).

Este é um dado relevante e que faz refletir sobre as expectativas do trabalho e o que realmente foi efetuado. Importa mencionar que as ações executadas intencionavam propiciar um espaço de “construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 29), ou seja, articular as “concepções teórico-metodológicas trazidas pela UCS e pelo GTT e os conhecimentos e vivências destes profissionais” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 35).



Todavia, aprende-se que a assessorada esperava que nas atividades realizadas houvesse maiores espaços de trocas de experiências entre as entidades.

Sobre as expectativas do Grupo Técnico de Trabalho em relação aos trabalhadores sociais ressalta-se que

[...] o GTT esperava que os trabalhadores se envolvessem mais, participassem mais, fazendo sugestões, propostas. Mas, em vários momentos, os trabalhadores não se expressavam não se sentiam sujeitos partícipes do processo. Acredita-se que essa dificuldade de estar apresentando propostas, sugestões e alternativas [...], tinha a ver com as expectativas de que os assessores oferecessem respostas para as suas demandas de trabalho advindas do atendimento direto com famílias/indivíduos. (Sujeito 01)

Considerando a afirmação anterior, observa-se que o GTT esperava o rompimento com a “[...] tradicional divisão social do trabalho na qual um pensa e outro faz [...], numa atitude de enfrentamento [...] com práticas estabelecidas historicamente” (VASCONCELOS, 1998, p. 128). Além disso, almejava-se “no espaço coletivo, a socialização de informações e conhecimentos entre os envolvidos” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 48).

Sobre as sistematizações dos materiais didáticos utilizados destaca-se que

[representantes da] UCS e demais membros do GTT [...] se reuniam às vezes semanalmente, outras vezes quinzenalmente para organizar os materiais didáticos que seriam utilizados nas capacitações com os trabalhadores sociais [...] efetivadas através de oficinas pedagógicas. [...] o grupo de professores da universidade que participavam da assessoria além de reunir-se com o GTT, utilizava outros horários para elaborar as sínteses que seriam utilizadas nas oficinas com os trabalhadores. (Sujeito 01)

[...] os materiais didáticos direcionadores das oficinas pedagógicas foram sistematizados e organizados pelas integrantes da UCS (professoras e estagiárias com supervisão). A definição e construção dos materiais didáticos pela UCS, enquanto atividade constituinte da atribuição acadêmica levou em consideração as discussões e necessidades detectadas junto aos sujeitos envolvidos. (Sujeito 03)

Cabe destacar o papel da UCS na sistematização e confecção dos diferentes materiais pedagógicos elaborados (apresentações, sínteses, entre outros). (Sujeito 07)

A partir dos relatos mencionados, apreende-se que os materiais didáticos, eram concebidos como “documentos orientadores [e] fundamentais para nortear as ações e estes devem ser construídos pelo conjunto dos agentes e por eles legitimados” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p. 169). Sendo que a “legitimação se faz a partir de amplo debate para que o coletivo se identifique naquilo que foi produzido e se comprometa com a sua viabilização no cotidiano do trabalho” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p. 169).

Em relação ao processo de avaliação destaca-se que “[...] nos diferentes momentos em que se realiza – nas fases da elaboração, implementação e execução – envolve a participação de uma diversidade de sujeitos, [...] grupos e/ou instituições que são afetados pelos resultados (CARRARO, 2011, p. 50).

Neste sentido, o “ato de avaliar não é somente o modo de julgar processos ou ações, mas traz a apreensão de que a avaliação é produção de conhecimento” (BARREIRA, 2002, p. 13) que deve ser utilizada para qualificar os objetivos e as decisões relacionadas ao planejamento e à execução do trabalho, assim como as discussões e a análise dos resultados alcançados. Relativo às considerações sobre as avaliações do trabalho identifica-se que

[...] o trabalho com as famílias produziu muitos efeitos positivos no que se refere às próprias famílias e aos técnicos. Nas famílias percebemos [...] o aumento do grau de autonomia e autoestima, o resgate e fortalecimento de vínculos familiares. Em relação aos técnicos, [...] a oportunidade de se qualificar. (ENTIDADE 02, 2008, p. 35)

[...] evidenciamos mudanças internas nos processos da entidade. [...] os atendimentos são realizados de forma mais ampla, não considerando apenas o usuário, mas a convivência familiar. [A assessoria] nos possibilitou rever velhas formas de pensar, desacomodando nossa mente e produzindo conhecimentos e formas novas de perceber as coisas e construir alternativas (ENTIDADE 03, 2008, p. 75-90).

Antes [...] as famílias eram atendidas pela entidade, mas sem um planejamento que daria o norte para as ações realizadas, dificultando assim uma análise diagnóstica e direcionamento claro para as ações do profissional responsável. [...] É possível fazer um trabalho planejado e qualificado junto às famílias, utilizando a metodologia e os instrumentos e técnicas apreendidas (ENTIDADE 07, 2008, p. 32-33).

Tem-se evidenciado que quanto mais sistemático é o trabalho junto à família, melhores resultados se constata [é de] suma importância à avaliação do trabalho com as famílias (ENTIDADE 08, 2010, p. 36-46).

A partir dessas afirmações (4 de 8) é possível inferir que a avaliação deve ser realizada “de forma sistemática, planejada e dirigida, identificando limites e possibilidades, aspectos importantes ao processo de trabalho” (RELATÓRIO, 2010, p. 12). Além disso, observa-se também que os profissionais identificam a necessidade da qualificação profissional para atender as famílias,

ficou evidenciado que há muitos desafios ainda a serem superados, para maior apropriação e clareza teórico-metodológica, como o domínio do método para subsidiar categorias explicativas de realidade, investir em conhecimentos específicos que dão subsídio aos atendimentos familiares e também a qualificação da competência técnica, que corresponde ao meio pela qual se dá a intervenção (ENTIDADE 04, 2010, p. 13).

Em relação aos principais resultados do trabalho, as profissionais das entidades destacam

[...] que as ações exigiram maior conhecimento, registros e um trabalho mais qualificado e organizado. (ENTIDADE 01, 2008, p. 18-19)

[...] sistematização e qualificação [do] atendimento às famílias. (ENTIDADE 02, 2008, p. 24-25)

[...] a troca realizada entre os técnicos das diferentes entidades e ao monitoramento do grupo técnico de trabalho. Entendemos que estamos nos aprimorando tecnicamente e, oferecendo às famílias um atendimento mais especializado [...], evidenciamos a ampliação de nossa capacidade de produzir registros (relatórios, diagnósticos e planos individuais de atendimento), com maior qualidade técnica e, com mais facilidade. (ENTIDADE 03, 2008, p. 89)

[o] cotidiano da entidade, vem sendo marcado por inúmeros desafios, por avanços, por retrocessos, mas, sobretudo, também pelas possibilidades de qualificar o atendimento das famílias. Os avanços estão garantindo para a Equipe Técnica e para a entidade qualificação no trabalho realizado com as famílias. (ENTIDADE 04, 2010, p. 15-24)

[...] mudanças nos processos de trabalho e intervenção do técnico responsável. (ENTIDADE 05, 2008, p. 21)

[...] o profissional passou a ser mais exigido e [...] realizar um trabalho verdadeiramente técnico e qualificado. [...] A família [...] passou a ser olhada de maneira diferente e melhor acolhida. (ENTIDADE 07, 2008, p. 25-26)

Através dessas afirmações (6 de 8) apreende-se que o processo realizado constituiu-se como recurso estratégico de incentivo de trocas de experiências, parcerias e articulações entre os trabalhadores sociais; estímulo para a busca de novos conhecimentos, estudos e análises relacionadas ao trabalho com famílias; socialização de diferentes conhecimentos entre profissionais de diferentes áreas do saber; apoio técnico e indicação de referências teórico-práticas para subsidiar o trabalho com famílias (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008).

Ou seja, propiciou “[...] espaços para que os participantes pudessem construir coletivamente mediações com sua realidade concreta apontando dificuldades e identificando potencialidades” (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2005, p. 21). Através de discussões sobre “situações reais (diagnósticos, planos individuais de atendimento as famílias) que eram problematizados por todos, reforçando os aspectos positivos e, se necessário, revisados, readequados” (OLIVEIRA; CARRARO, 2009, p. 6).

Assim, reafirma-se que a “realidade é dinâmica e apresenta permanentemente desafios, que podem ser melhor encarados por meio da troca de conhecimentos que a assessoria propicia. Importantes espaços para isso são as avaliações que devem ser

periodicamente realizadas” (MATOS, 2009, p. 526). Enfim, entre os principais resultados alcançados no processo de assessoria os sujeitos entrevistados destacam

qualificação dos profissionais [...] perceptíveis nas avaliações efetuadas durante e no final da assessoria aos trabalhadores das entidades [e] construção de conhecimento coletivo. Aliás, isso é um dos grandes resultados, considerando a quantidade e a qualidade das sínteses construídas, que poderia compor vários livros. (Sujeito 01)

[...] ter gerado a necessidade do planejamento das atividades e estudos continuados. (Sujeito 02)

[...] qualificação do trabalho profissional, seja dos assistentes sociais, seja dos psicólogos. [...] Os colegas aprenderam bastante: conceitos sobre a política de assistência social, sobre família, sobre a intervenção [...] e à parceria realizada entre o Gestor Municipal, Conselho e órgão formador, a UCS. (Sujeito 04)

[...] as diferentes discussões realizadas pelos trabalhadores e instituições sobre a política de assistência social, sua implementação, princípios, diretrizes, objetivos; sobre o trabalho junto a esta política [...], entre tantos outros temas que, com certeza, contribuíram para a qualificação das ações desenvolvidas pelos diferentes sujeitos partícipes do processo. (Sujeito 07)

Diante dos extratos de fala (4 de 7) se reconhece que a “[...] qualificação dos serviços e os conhecimentos socializados subsidiam ações [de] maior alcance e efetividade, beneficiando trabalhadores e especialmente o público usuário” (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2005, p. 01). Assim, afirma-se que a promoção da aprendizagem e a produção de conhecimento são pressupostos do trabalho coletivo no processo de assessoria.

Em suma, no processo de assessoria em Caxias do Sul apreende-se que “uma das principais ações realizadas [...] foi à socialização dos conhecimentos produzidos. Prova disso é a quantidade de anexos que compõem os relatórios produzidos” (Sujeito 07). Além dessa questão, ressalta-se também que “diversos artigos construídos coletivamente foram apresentados e publicados [...] o próprio relatório técnico foi reproduzido em grande escala, além do envio por meio eletrônico para toda rede socioassistencial” (Sujeito 07).

A partir desse relato afirma-se que “[...] o conhecimento construído [...] precisa ganhar força social e romper com os muros da academia” (BOURGUIGNON, 2007, p. 52). Embora, haja limites a serem superados, há muito mais aspectos, resultados positivos a serem reconhecidos no processo de assessoria. Entre eles, destaca-se a direção social do trabalho na perspectiva da emancipação dos sujeitos. Sobre a intervenção profissional dos trabalhadores sociais junto às famílias, afirma-se que a apropriação do referencial teórico-metodológico é indispensável para um trabalho de qualidade, que

potencialize processos sociais emancipatórios, uma vez que o método para além do caminho, imprime direção as ações a serem desenvolvidas com os

destinatários da política social pública de assistência social, tendo como norte o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, o atendimento das necessidades humanas básicas, a garantia dos direitos de cidadania, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, o direito a serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade, o fortalecimento das famílias, entre outros. Portanto, deve fundamentar-se em '[...] princípios, diretrizes e estratégias que garantam direção política emancipadora à ação' (WANDERLEY, 2008, p. 12) (CARRARO, 2011, p. 151).

Além disso, destaca-se a relevância do processo de assessoria na construção coletiva das Orientações do trabalho com famílias em Caxias do Sul, que envolveu trabalhadores, gestores e instituição de ensino, no atendimento de demandas das famílias destinatárias da política social pública de assistência. Ou seja,

ações qualificadas tendo como centro a família exigem que o gestor municipal da política de assistência social, juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social continue investindo no processo de formação e capacitação dos profissionais que atuam na rede socioassistencial tanto vinculados a projetos, programas e serviços governamentais quanto não-governamentais, visto que esta política só conseguirá dar o salto de qualidade apregoado pelo novo marco legal posto se possuir recursos humanos suficientes e qualificados (RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p. 75).

Enfim, considerando as concepções de assessoria e a operacionalização do processo de assessoria, apresenta-se no próximo item, uma síntese das competências profissionais dos assistentes sociais no processo de assessoria as políticas sociais públicas.

## **4.2 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS REQUISITADAS NO PROCESSO DE ASSESSORIA**

Na assessoria a primeira questão que deve ser tratada é a identificação da necessidade e da finalidade do trabalho. “Em geral, uma assessoria quando é solicitada é porque a equipe [e/ou] profissional identifica a necessidade de alguma mudança” (MATOS, 2009, p. 522) ou um “processo, que pode ser continuado, de aperfeiçoamento da [intervenção] desenvolvida pelos assessorados” (MATOS, 2009, p. 523).

No processo de assessoria é fundamental que os assessorados desde o início participem e estejam conscientes da finalidade do trabalho para que se possa construir conjuntamente um plano de ação, onde as demandas originais e outras que surgirem durante o processo sejam debatidas e pactuadas (MATOS, 2009).

Vasconcelos (1998) enfatiza que a relação entre assessores e assessorados pressupõe a participação efetiva de todos os envolvidos no processo, a delimitação das necessidades e possibilidades, a explicitação dos objetivos, expectativas da equipe ou profissional. E que, o conhecimento torna-se um “[...] instrumento para captar o movimento da realidade social” (p. 127).

Dessa forma, o trabalho “é cotidianamente construído com os sujeitos fundamentais – os assessorados – e estes têm autonomia em acatar ou não as proposições da assessoria” (MATOS, 2009, p. 524). Ou seja, o assessor “é um sujeito propositivo, mas só terá êxito nesta atividade se tiver interlocução com quem assessora” (MATOS, 2009, p. 524).

Salienta-se que o estudo da realidade é imprescindível para que o assessor a partir da sua “capacidade profissional [possa] contribuir apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe [e/ou] profissional sozinho não pode identificar” (MATOS, 2009, p. 523). Para isso requisita-se dos assessores “[...] formação profissional, direção política [...] e análise de conjuntura, [também] faz-se necessário à equipe de assessoria [ou profissional] o exercício da criatividade, pois, a construção do novo conclama por fugir à simples reprodução da rotina” (MENDES; MATOS, 2010, p. 213).

Goerck e Viccari (2004) destacam que o assessor deve ter “habilidades de negociação, atualização e aprimoramento teóricos constantes, [...] iniciativa, espírito de liderança, criatividade, bom relacionamento interpessoal da equipe e interdisciplinar” (p. 5). Isto demanda estudos, pesquisas, postura crítica e propositiva que pode vir a se expressar em inúmeras frentes de intervenções, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização, domínio do conhecimento pelo qual foi chamado, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, capacidade de negociação, postura investigativa e propositiva de estratégias a partir da análise da realidade.

Em outros termos, competências profissionais na apropriação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A competência teórica constitui-se em “[...] conhecimento científico que orienta e embasa a investigação e a intervenção” (NUNES, p. 29, 2004). Por sua vez, a competência metodológica “[...] define desde o planejamento do *com que, o que, com quem e como fazer a execução do planejado*. Trata dos meios de trabalho, dá ênfase a técnicas, instrumentos, buscando a eficiência, a eficácia e a efetividade” (NUNES, p. 30, 2004).

Matos (2010), Freire (2010) e Bravo (2010) afirmam que o assistente social atuando enquanto assessor precisa possuir grande acervo de conhecimento na área pela qual ele foi chamado a prestar assessoria além de buscar qualificar a intervenção através de pesquisas,

cursos de especialização, atuação na esfera dos conselhos, elaboração de projetos, elaborações de informações para a construção de diagnósticos sobre as realidades locais, avaliação de programas e projetos sociais, monitoramento de ações e planejamento. Vasconcelos (1998), Fonseca (2010), Oliveira (2010) e Almeida (2010) explicitam que o processo de assessoria constitui-se como uma excelente oportunidade de resgate da relação teoria e prática e de aproximação entre os campos de intervenção e as instituições de ensino contribuindo para a qualidade do exercício profissional dos assessorados.

Enquanto compromisso ético-político, a intervenção deve tomar por base os valores presentes no projeto ético-político, considerando os mesmos como diretrizes intencionais da intervenção profissional. Reconhecendo que o compromisso coletivo da categoria é com a garantia dos direitos e com a construção de uma sociedade onde a classe trabalhadora não tenha seus direitos usurpados por qualquer tipo de ação. Além disso, ressalta-se que as políticas sociais públicas que defendemos são políticas de resistência, de inconformismo, de luta pela mobilização social e pela organização dos trabalhadores com vistas à construção do acesso a direitos.

Para tanto, afirma-se que é necessário o exercício qualificado e aprofundado do princípio do pluralismo profissional nos debates e espaços sócioocupacionais para o enfrentamento das expressões da questão social a partir da apreensão e desocultamento das contradições existentes na realidade social, dos limites e desafios presentes na intervenção profissional, e da mediação do conhecimento e das políticas sociais públicas na direção dos interesses e necessidades da população.

Nessa perspectiva, destaca-se o compromisso e a relevância da Universidade e da categoria profissional na atividade de assessoria aos segmentos comprometidos com a construção da democracia. Isto significa que os assistentes sociais vinculados às universidades, ou não, têm sido chamados a contribuir, por meio de suas competências profissionais, nos processos de problematização, reflexão, avaliação e/ou proposição de estratégias com vistas à qualificação das políticas, planos, programas, projetos (PRATES; COUTO, 2009).

Em síntese, o assessor “mais do que um agente que fiscaliza [...] precisa apoiar, instigar potencialidades, auxiliar a problematizar a realidade para melhor enfrentar os desafios cotidianos no sentido de materializar as políticas” (PRATES; LEWGOY, 2009, p. 173). Para atingir os objetivos propostos as mediações devem “estar ancoradas em dados da realidade, no conhecimento programático, na fundamentação teórica, na capacidade de articulação teórico-prática, valorizando as experiências e ações concretas dos sujeitos, de modo a estimular a sua superação/aprimoramento” (PRATES; LEWGOY, 2009, p. 173).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa efetivada teve como pressuposto o compromisso de dar visibilidade social à apreensão e à intervenção da área do Serviço Social nos processos de assessoria. Nessa perspectiva, constatou-se que os autores vêm discutindo a importância e a relevância do trabalho do assistente social no processo de assessoria a partir do compromisso ético-político, apropriação teórico-metodológica e técnico-operativa do assessor para problematizar, mobilizar e potencializar o exercício profissional e/ou a participação social dos sujeitos na defesa e materialização dos direitos sociais. Trata-se de um trabalho que requisita estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para alcançar os objetivos propostos e proporcionar aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto dos assessores.

Destaca-se também que a pesquisa apontou a relevância do processo de assessoria para a qualificação técnico-política dos trabalhadores sociais e da política de assistência social em Caxias do Sul. Salienta-se que o trabalho dos assistentes sociais no processo de assessoria se diferencia de outros profissionais devido à direção político-profissional na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e menos excludente, da universalização do acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sociais das políticas sociais públicas e na defesa intransigente dos direitos sociais.

Considerando que no processo de assessoria podem ser constituídas tanto relações democráticas como relações autoritárias. Nesse sentido, o trabalho dos assessores pode contribuir tanto para encobrir as relações de dominação e exploração vigentes na sociedade ou pode ainda contribuir com a afirmação e fortalecimento dos direitos sociais dos trabalhadores através da negação da sociabilidade vigente e do desmascaramento das relações antagônicas existentes na sociedade.

Quanto às contribuições dos assistentes sociais no processo de assessoria sinalizam para a/o: construção do projeto de intervenção, luta pela implementação das políticas sociais públicas, fortalecimento do projeto ético-político e do caráter público das ações e serviços da seguridade social, enfrentamento da questão social, acesso aos direitos, construção da democracia, solução das demandas, potencialização dos interesses dos trabalhadores, superação dos problemas constantes na realidade e democratização do Estado brasileiro, formação profissional, consolidação do trabalho e construção de importantes reflexões teóricas sobre a intervenção profissional, desenvolvimento do senso crítico, articulação da academia e meio profissional.



Além dessas contribuições, destaca-se também: o aperfeiçoamento das políticas públicas e aprimoramento do trabalho de diferentes profissionais, reflexão sobre a importância do assistente social na implantação/implementação dos Conselhos de Políticas e de Direitos, capacitação dos conselheiros, elaboração de planos, organização e mobilização popular, elaboração e gestão de políticas sociais, pesquisas e planejamentos sociais, efetivação do caráter público dos conselhos, direcionamento do debate para além dos interesses privados dos sujeitos, valorização dos espaços de luta social e autonomia de movimentos sociais, bem como das estratégias de resistência, defesa dos interesses dos trabalhadores.

Salienta-se também como contribuições, a atuação interdisciplinar entre a equipe de assessoria, fortalecimento da organização política dos trabalhadores, desvelamento das relações de subordinação existentes na sociedade, elaboração de projetos/programas e políticas, avanço das discussões, bem como de novas possibilidades de qualificação dos processos de trabalho dos profissionais, suporte teórico, técnico e investigativo, aprimoramento e qualificação de instrumentos utilizados no cotidiano profissional, defesa intransigente dos direitos de cidadania, análise crítica da realidade social, socialização das informações, o enfrentamento coletivo das dificuldades, articulação do ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento de reflexão teórica, política e crítica do cotidiano, bem como, perspectiva de atuação tendo o projeto ético político profissional, como princípio balizador das ações no fortalecimento do exercício coletivo da profissão, reconhecimento e valorização do próprio trabalho e da produção de saberes na categoria dos assistentes sociais.

Referente ao processo de assessoria realizado pela universidade ao órgão gestor da política de assistência social do município de Caxias do Sul apreende-se que foi operacionalizado a partir do plano de ação, documento construído de forma coletiva junto aos assessorados, o que reafirma o conhecimento da equipe sobre a forma de condução desse processo.

Ressalta-se o compromisso do órgão gestor da política de assistência social no município de Caxias do Sul com a qualidade das ações públicas e a qualificação dos trabalhadores sociais, bem como o protagonismo e o compromisso da universidade com as demandas da sociedade e com os processos de formação profissional. Evidentemente que os resultados alcançados com a assessoria, no locus pesquisado, têm relação direta com a atuação dos assistentes sociais que a ela se vincularam.

Nesses resultados, também é importante referir os aspectos que dificultaram o processo e, com isso, comprometeram o produto final, reconhecendo-os como contradições

inerentes ao desenvolvimento das práticas sociais. Dentre essas contradições, salienta-se que apesar do processo ter sido conduzido pela construção coletiva alguns profissionais não se sentiram partícipes, assim em alguns momentos demonstravam resistências para aderir à metodologia de trabalho com famílias.

Por outro lado, se reconhece que a direção político-profissional foi na perspectiva da emancipação e da garantia de direitos, o que confirma a literatura disponível na área sobre o tema e corrobora a ideia de que há uma particularidade no trabalho do assistente social no processo de assessoria que se distingue dos demais, dado que no Serviço Social se verifica a imprescindível relação entre a intervenção profissional e a direção social dada à mesma e já referida neste trabalho, a partir da apreensão do projeto ético-político da profissão.

Por fim, ao reportarmo-nos ao problema desta pesquisa que indagou *Como o processo de assessoria vem sendo apreendido e operacionalizado pelos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais públicas?*, pode-se concluir, com base nas fontes pesquisadas, que o assessor a partir da análise da realidade e da capacidade de problematização, mobilização e potencialização contribui para que o profissional e/ou equipe planeje e avalie o trabalho na perspectiva da defesa e materialização dos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. Juiz de Fora-MG, CD ROM, 2002.

\_\_\_\_\_. Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: **Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

\_\_\_\_\_. Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: **Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil**. Pernambuco-PE, CD ROM, 2006.

\_\_\_\_\_. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: **Trabalho, Políticas sociais e Projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios**. Porto São Luis-MA, CD ROM, 2008.

\_\_\_\_\_. Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço – ENPESS: **Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?** Rio de Janeiro-RJ, 2010.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas, **NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**. 3ª edição, Rio de Janeiro: ABNT, 2011. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/decon/.../ABNT\\_NBR\\_14724\\_Trabalhos\\_Academicos.pdf](http://www.ufpe.br/decon/.../ABNT_NBR_14724_Trabalhos_Academicos.pdf)>. Acesso em julho de 2011.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, N. L. Teixeira de. **Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade, nº 52, ano XVII, 1996.

\_\_\_\_\_. **Assessoria e extensão universitária**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDRADE, Iraci de. **Direito à proteção social: desafios para sua materialização**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2008.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o olhar do assistente social sobre sua inserção nas ONGs**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

ARANTES, Mariana Furtado. **Participação, controle e Serviço Social na política municipal de assistência social de Uberaba/MG: tensão entre a radicalização democrática e as estratégias de reprodução do capital**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca – UNESP, 2010.

BAPTISTA, M. V. Consultoria: uma estratégia do Serviço Social. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: o Assistente Social no desenvolvimento social. Recife: CFAS, 1976.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2ª ed. São Paulo: Veras, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS 2002.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

BRASIL. LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. Secretaria do Desenvolvimento Social e combate à fome. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 8.662, de 7 de junho de 1993**. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social de 1993.

\_\_\_\_\_. **PNAS – Política Nacional de Assistência Social (2004)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **NOB/SUAS-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (2006)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: DF, dezembro de 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza et all. **O Serviço Social na assessoria a conselhos de saúde: a experiência de Paraty**. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo. **Fórum em defesa do serviço público e contra as fundações estatais de direito privado no Rio de Janeiro: uma**

experiência de assessoria. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. **A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** avanços e desafios sob a ótica dos assistentes sociais da região da Associação dos Municípios do Norte do Paraná (AMUNOP). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual de Londrina – UEL. 2010.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; TORRES, Mabel Mascarenhas; MOREIRA, Maria Regina de Ávila. **A experiência da assessoria na implementação do Sistema Único de Assistência Social.** In: Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto São Luis-MA, CD ROM, 2008.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

CAXIAS DO SUL. **Plano de ação.** Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF Caxias do Sul. Grupo Técnico de Trabalho. Caxias do Sul (RS), 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico Final:** desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF Caxias do Sul, em 2008/Fundação de Assistência Social; org., rev. e redação final Mara de Oliveira [et al.]; colaboração Lucia Teles. - Caxias do Sul (RS), 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividade de extensão:** desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF Caxias do Sul (Assessoria e Consultoria), Caxias do Sul (RS), 2010.

CARRARO, Gissele. **As pesquisas avaliativas de políticas sociais públicas:** um estudo sobre a metodologia de trabalho com famílias no SUAS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2011.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas:** um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

CALVI, Kéttini Upp. **Serviço Social e Conselhos de Políticas e de Direitos:** contradição entre o Projeto Ético-político e a condição de assalariamento. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. 2007.

CELENTE, Aline. **Assessoria e estágio supervisionado em Serviço Social:** a experiência do projeto “Movimento contra a fome e a Miséria: alternativas para a ONGs e para o mercado de trabalho do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução nº 273 de 13 de março de 1993.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Coletânea de Leis. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social, 10º região, 1997.

\_\_\_\_\_. As atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

\_\_\_\_\_. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFESS, 2007.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **Assessoria na área de Serviço Social e saúde mental: conversações**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FARAGE, Eblin Josep; CRUZ, Suenya Santos da; SOARES, Maria Raimunda Penha; DULCICH, Ramiro M. **Assessoria em questões de cidadania a movimentos sociais e populares: parcerias inter-universidades para a gestão de processos de formação política e humana para militantes sociais**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

FERNANDES, Helena Maria Ribeiro. **Desenlaces familiares x enlaces de saberes, interdisciplinaridade e justiça**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pernambuco, 2006.

FONSECA, T. M. A. de. **A assessoria como atribuição e competência do assistente social**. In: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fortaleza-CE, CD ROM, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reflexões acerca da assessoria como atribuição e competência do assistente social**. In: Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social. Ano 2. n. 3. 2008. Disponível em: <[www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br). Acesso em 18 de maio de 2010>.

\_\_\_\_\_. **Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. **Saúde do trabalhador e Serviço Social: possibilidades pelo avesso do avesso**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Crise do trabalho e controle social nas instituições: assessoria em um hospital público universitário**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

\_\_\_\_\_. **Assessoria e consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador da saúde: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço social**. In: Serviço Social & Sociedade, v. 1, n. 10, 2010b.

GAMA, Andréa de Sousa. **Curso de extensão em gênero, saúde e reprodução – uma experiência de articulação entre capacitação profissional e assessoria**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. **O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas**. In: Revista Polêmica: com os olhos no futuro do Serviço Social, número 3, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Belém-PA, maio de 2001.

\_\_\_\_\_. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice Maria. **Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social** [documento eletrônico]. In: Textos & Contextos, Porto Alegre, v.3, n.1, Dados eletrônicos, 2004.

GOMES, Márcia Regina Botão. **As condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam em empresas de consultoria**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

GONÇALVES, R. M. B; FARIA, M. E. B; CUSTÓDIO, S. A. M. **Descentralizando os serviços do hospital de reabilitação de anomalias craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP): assessoria no núcleo de Salvador – BA**. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2001.

GONÇALVES, Carla Agda. **Direitos à Saúde: um estudo sobre as práticas dos assistentes sociais das unidades de saúde de Sorocaba**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. São Paulo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. Dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOLINA, M. L. M (Org.). La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004b.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAVORATTI, Cleide; HOLZMANN, Liza; WLODARSKI, Regiane. **Assessoria ao programa estadual de capacitação permanente na área da infância e adolescência**. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2001.

LAVORATTI, Cleide; SILVA, Eliane Lopes da; SEVERINO, Lígia Maria M. **Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre infância e adolescência / NEPIA: um**

espaço interdisciplinar de formação profissional. In: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fortaleza-CE, CD ROM, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. In: Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, 2006.

LOBATO, Alzira. **A prática de assessoria desenvolvida na área do envelhecimento**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia; CUBA, Conceição de Maria Goulart Braga; MENDONÇA, Elmira Noemia de Jesus; SILVA, Laís Anastácia dos Santos. **O Serviço Social e o trabalho de assessoria com idosos**. In: Anais do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília-DF, CD ROM, 2010.

LOPES, Daniele Bens Lahorgue et all. **Assessoria técnica: um novo campo para atuação dos profissionais de Serviço Social**. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2001.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978 apud PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1996.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **A universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, César Henrique. **Capital e Superpopulação Relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo**. In: BEHRING; ALMEIDA. Trabalho e Seguridade Social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da reflexão sobre o tema**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 43. São Paulo: Cortez, 1993.



MENDES, Alessandra Gomes; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria**: atribuição da equipe técnica no Conselho Tutelar. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; PRATES, Jane. **O processo de Capacitação sobre PNAS e SUAS**: a importância da parceria entre a Universidade e o poder público. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; PRATES, Jane. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **O Sistema Único de Assistência Social**: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MERIGO, Janice. **Assistentes Sociais nos conselhos**: uma questão de participação ou pseudo-participação. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRANDA, Elizandra Dias de; ALVES, Selma Maria Pereira; ARAUJO, Silvana Bencardino. **Assessoria Técnica em Conselho Tutelar**: Relato de uma Experiência. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu-PR, CD ROM, 2007.

MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha. **A utilização do planejamento estratégico pelo Serviço Social**: a experiência de assessoria vivenciada em um hospital. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social, Módulo 1. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD/NED-UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **O movimento de reconceituação – 40 anos depois**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 84, ano XXVI, nov. 2005.

NOSSWITZ, Juliana. **A ação profissional do assistente social nos conselhos municipais de políticas públicas**: uma análise na região da AMPLASC. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2008.

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga de. **Assessoria e Serviço Social**: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da Uerj. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga de. **Assessoria e Serviço Social**: a articulação entre ensino, pesquisa e Extensão. In: Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques. **O trabalho em consultoria no Serviço Social**: mitos, falácias e estratégias de atuação. In: Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

OLIVEIRA; Gabriela da Silveira. **Assessoria**: um novo instrumento do assistente social na prática profissional junto ao PAC – BARNABÉ. In: Anais do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília-DF, CD ROM, 2010.

OLIVEIRA, Mara de. **Acessando direitos sociais**: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. In: Revista Virtual Textos & Contextos, n. 3, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/976/756>>. Acesso em março de 2010.

\_\_\_\_\_. **Avanços e retrocessos das reformas estruturais às Cúpulas das Américas**: uma leitura na perspectiva do Serviço Social. Tese de doutorado. PUCRS, POA, RS, 2005.

\_\_\_\_\_. **A importância da documentação na atenção às famílias**. Síntese do Curso de Aperfeiçoamento: atendimento à família. Produzida para fins didáticos. Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pró-Reitoria de Extensão (PREX). Caxias do Sul, dezembro de 2007, mimeo.

\_\_\_\_\_. **Trabalho com Famílias**: eixos metodológicos da intervenção. 2º Seminário de Política Social no Mercosul: seguridade social, participação e desenvolvimento. Pelotas, RS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho do assistente social**: modalidades e etapas de intervenção. Síntese do Curso de Serviço Social. Produzida para fins didáticos. Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul, dezembro de 2010, mimeo.

OLIVEIRA, Mara de; CARRARO, Gissele; PICCOLI Vera L. T.P. **O exercício das competências e atribuições do grupo técnico de trabalho no processo de edificação do Programa de Atenção Integral às Famílias em Caxias do Sul**: relato de uma experiência. 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Unioeste: Cascavel/PR, 2009.

OLIVEIRA, Mara de; CARRARO, Gissele; FLORES, Ana Paula P.; PICCOLI, Vera L. T.P. **Programa Integrado de Atendimento Familiar**: proposta de trabalho do município de Caxias do Sul. 19º Conferência Mundial de Serviço Social. Bahia: Salvador, agosto de 2008.

OLIVEIRA, Sandra Pereira de. **Assessoria aos gerentes na elaboração dos planos de melhoria da ambiência organizacional**: um espaço de atuação do assistente social. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu-PR, CD ROM, 2007.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave; LIMA, Rita de Cássia Cavalcante de. **Consultoria em Serviço Social**: relato de uma experiência em um hospital universitário. In: Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

PAIVA; B. A. [et al]. **Algumas considerações sobre ética e valor**. In: BONETTI, Dilséia A. (org.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEQUENO, Andreia Cristina Alve. **A perspectiva da assessoria no trabalho do assistente social nas Varas de Infância e Juventude**. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu-PR, CD ROM, 2007.

PEREIRA, P. A. **Sobre a política de assistência social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, P. A. (Org.) Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

PERDIGÃO, Marco Aurélio Costa. **Serviço Social e Espaços Conselhistas:** o que é possível? A experiência profissional nos Conselhos Municipais de Assistência Social da região metropolitana do Vale do Aço – MG. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. 2010.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PESTANO, C. R; VICCARI, E. M. **Qualificação e Políticas em Serviço Social.** In: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fortaleza-CE, CD ROM, 2004.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Porto Alegre, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003b.

\_\_\_\_\_. **O ciclo de investigação e o processo de planejamento da pesquisa social.** Material elaborado para fins didáticos. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Faculdade de Serviço Social (FSS), 2010.

PRATES, Jane Cruz; COUTO, Berenice Rojas. 2007. **Relatório de Consultoria para a implantação do SUAS em Porto Alegre.** Mimeo. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/FASC, 2007.

PRATES. Jane Cruz; LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Os processos de supervisão e assessoria à rede socioassistencial.** In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: Serviço Social & Sociedade, n. 104, São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, M. B. M. dos. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social.** CRESS. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro, 2007.

ROCHA, Maria da Graça A. da C; GIL, Telma Fernandes B. **Assessoria sindical em saúde do trabalhador:** reflexões acerca do episódio da p. 36. In: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fortaleza-CE, CD ROM, 2004.

RODRIGUES, Olinda. **Os movimentos sociais rurais do município de Barbarena:** desafios para um projeto de assessoria. In: Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Juiz de Fora-MG, CD ROM, 2002.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A experiência de assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social – RJ.** In: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fortaleza-CE, CD ROM, 2004.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A experiência de assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região – Rio de Janeiro**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. *Assessoria, consultoria & Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Marly Carvalho de Soares; SANTOS, Vera Lucia Alves dos. **Assessoria à creche comunitária**: uma experiência interdisciplinar. In: Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

SANTOS, Rúbia do; MOURA, Reidy Rolim de. **Desafios e possibilidades do assistente social em comunidade**: algumas reflexões a partir da execução do programa de extensão “Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias” em Blumenau/SC. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu-PR, CD ROM, 2007.

SILVA, Claudio Gomes da. **Serviço Social e Reestruturação produtiva**: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético político profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 94. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. **Serviço Social nos Conselhos Tutelares**: a assessoria em questão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Eliana Andrade da; SILVA, Zélia Maria Pereira da. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais**: limites e possibilidades de uma relação democrática. In: Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Juiz de Fora-MG, CD ROM, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. –Brasília: CFESS, 2011.

SOARES, Raquel Cavalcante. **A contra reforma na política de saúde e o SUS hoje**: impactos e demandas ao Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pernambuco, 2010.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. **Serviço Social na Saúde**: contribuições políticas e profissionais ao exercício do controle social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2001.

TORRES; Mabel Mascarenhas. **Atribuições privativas presentes no Exercício profissional do assistente social**: uma contribuição para o debate. *Libertas*, Juiz de Fora, v.1, n.2, junho, 2007.

\_\_\_\_\_. **O exercício profissional do assistente social na assessoria a grupos de assistentes sociais**. In: Anais do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília-DF, CD ROM, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VALENÇA, Maria Manoela; PEZOTI, Rosângela Helena. **Combinação necessária para a ação profissional**: planejamento e pesquisa. In: Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto São Luis-MA, CD ROM, 2008.

VASCONCELOS, Márcia; SAVOY, Maria Elisa; GUIRADO, Suely. **Assessoria**: uma função do Serviço Social. São Paulo: PUC (Trabalho de Conclusão de Curso), 1977.

\_\_\_\_\_. **Relação teoria/prática:** o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. IN: *Revista Serviço Social & Sociedade*. v. 19, n. 56, abr. 1998.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional.** In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD/UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativa na área da saúde. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Prefácio – Assessoria, consultoria & Serviço Social** (2006) In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. *Assessoria, consultoria & Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A prática do Serviço Social eixo de análise.** In: 19ª Conferência mundial de Serviço Social, 2007, Salvador. In: Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador: interlink, 2007.

\_\_\_\_\_. et al. **O processo de assessoria nos hospitais universitários no município do rio de janeiro:** alternativa para a formação permanente? In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

VIEIRA, Balbina Otoni. **Modelo de Supervisão em Serviço Social.** Rio de Janeiro: Agir, 1981.

YAZBEK. M. C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo.** In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade.** In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD/UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2006.



Santos, R.										2007
Silva; Silva										2002
Rodrigues, O.										2002
Santos, M										2004
Ortiz										2004
Oliveira, E.										2004
Brisola										2008
Valença										2008
Farage										2010
Miranda, V.										2010
Gomes, M.										2010
Chimini			2005 (UNISC)							
Almeida, D.			2006 (UNISC)							
Rodrigues			2006 (UNISC)							
Pereira			2006 (UNISC)							
Peron			2008 (UERJ)							
<b>Gaioso, A.</b>									2000 (UFMA)	
Souza				2001 (UERJ)					Dissertação	
Silva, E.									2002 (UFPE)	
Merigo				2002 (PUCRS)					Dissertação	
Andrade				2004 (UERJ)						
Gonçalves				2006 (PUCSP)						
Fernandes				2006 (UFPE)						
Calvi				2007 (UFES)						
Nosswitz				2008 (UFSC)						
Silva, C.				2010 (PUCRJ)						
Brevilheri				2010 (UEL)						
Perdigão				2010 (UFJF)						
Arantes				2010 (UNESP)						
Soares					2010 (UFPE)					

Fonte: Bibliografia na área do Serviço Social.

Nota: sistematizado pela autora em 2011.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

### ROTEIRO<sup>92</sup> DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

#### 1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Material consultado: ( ) Livro ( ) Capítulo de livro ( ) Artigo ( ) Dissertação ( ) Tese

Título:            Autor:            Ano:            Cidade:            Universidade:

1. 2 Banco de dados: ( ) Biblioteca ( ) Anais dos CBAS ( ) Anais dos ENPESS ( )  
Banco de Teses CAPES ( ) outros (especificar):

#### 2 CARACTERIZAÇÃO

2.1 Natureza do material: ( ) relato de experiência ( ) reflexão ( ) síntese de TCC ( )  
apresentação de pesquisa

2.2 Política social pública: ( ) Assistência Social ( ) Saúde ( ) Previdência Social ( )  
Educação ( ) Habitação ( ) Cultura ( ) Esporte ( ) Segurança alimentar ( ) Lazer ( )  
Trabalho ( ) Segurança pública ( ) não se aplica

2.3 Local/espço de atuação: ( ) Universidade ( ) Prefeitura ( ) Comunidade ( )  
Hospital ( ) Conselho de Políticas e Direitos ( ) Escola ( ) Judiciário ( ) Movimentos  
Sociais

#### 3 RESUMO

3.1 Concepções de assessoria

3.2 Profissionais envolvidos

3.3 Usuários

#### 4 CONTRIBUIÇÕES

4.1 Principais reflexões

4.2 Observações

<sup>92</sup> Para a construção desse instrumento utilizou-se como fonte de consulta: Bulla; Prates; Mendes (2006), Jesus (2005), Gil (1999).



## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

#### 1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Material consultado: ( ) Relatório Técnico

Título:

#### 2 CARACTERIZAÇÃO

2.1 Local/espço de atuação: ( ) Universidade ( ) Entidade Prestadora de Serviços

2.2 Profissionais envolvidos:

#### 3 PROCESSO DE TRABALHO

3.1 Planejamento

3.2 Desenvolvimento

3.3 Impasses/Avanços

3.4 Principais resultados

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
 FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

#### 1 DADOS GERAIS

Pesquisadora:	Data:
Local:	Cidade:
Entrevistado (a):	Formação:
Ano de Formação:	Universidade:
Instituição:	Cargo:
Setor:	Tempo que atua:

#### 2 CARACTERIZAÇÃO DA ASSESSORIA

<p>a) Descreva como foi identificada a necessidade da assessoria aos trabalhadores da política de assistência social de Caxias do Sul.</p> <p>b) Explícite a finalidade do processo de assessoria.</p> <p>c) Comente como a proposta da assessoria foi apresentada: aos trabalhadores das entidades.</p> <p>d) Condições políticas, administrativas e financeiras disponibilizadas para a execução da assessoria.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 3 PROCESSO DE ASSESSORIA DESENVOLVIDO

- a) Comente como foram realizadas as sistematizações e o planejamento dos (as): materiais didáticos; capacitações; oficinas pedagógicas.
- b) Explícite como ocorreu a construção dos instrumentos operacionais (ficha de atendimento e acompanhamento familiar; ficha de monitoramento in loco; roteiro para análise do diagnóstico familiar; roteiro para análise do plano individual de atendimento; manual de orientações básicas para a sistematização do relatório técnico final das entidades executoras; indicadores de avaliação final do processo de testagem da proposta teórico-metodológica diante dos documentos entregues pelas entidades executoras).
- c) Relate como foram desenvolvidas as supervisões e as avaliações nos encontros coletivos e individuais com os trabalhadores das entidades.

### 4 SÍNTESE AVALIATIVA

- a) Comente se as ações planejadas durante o processo de assessoria alcançaram os objetivos da proposta de trabalho.
- b) Explícite os principais resultados alcançados no processo de assessoria aos trabalhadores das entidades.
- c) Avalie o trabalho realizado nas: a) capacitações; b) oficinas pedagógicas; c) supervisões e avaliações.
- c) Destaque como foi socializada a produção do conhecimento no processo de assessoria.

**APÊNDICE E – SÍNTESE DOS DADOS COLETADOS NOS CBAS E ENPESS**

QUADRO 4 - Síntese dos dados coletados nos CBAS e ENPESS

Nº DE CBAS/ENPESS	Nº DE ARTIGOS	MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO				ASSESSOR	LOCAL/ ESPAÇO DE ATUAÇÃO	POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA/ÁREA	ASSESSORADOS
		Relato de experiência	Reflexão	Pesquisa	Síntese de TCC				
<b>04 CBAS</b>	16	13	02	0	01	Não mensurado	05 Universidades; 01 CMAS; 02 Hospitais; 02 CT; 01 CMDCA; 01 CRESS; 01 Judiciário; 01 Empresa; 02 Comunidades; 01 Local de trabalho	02 Saúde 01 Assistência Social 03 Área da Criança e do adolescente	Não mensurado
<b>04 ENPESS</b>	13	08	03	02	0	Não mensurado	02 Comunidades; 01 Creche; 03 Universidades; 04 Hospitais; 01 Município; 01 Rede pública de educação; 01 Empresa	03 Movimentos Sociais 02 Assistência Social 04 Saúde 01 Educação	Não mensurado
<b>Total: 08</b>	29	21	05	02	01	Não mensurado	08 Universidades; 05 Conselhos de Políticas e de Direitos; 06 Hospitais; 01 Judiciário 02 Empresas; 01 Município 04 Comunidades; 01 Local de trabalho; 01 Creche 01 Rede pública de educação Total: 30 (locais)	06 Saúde 03 Assistência Social 03 Área da Criança e do adolescente 03 Movimentos Sociais 01 Educação  Total: 16 (áreas)	Não mensurado

Fonte: Anais dos CBAS e dos ENPESS (2001 a 2010).

Nota: Sistematizado pela autora em 2012.

## APÊNDICE F – SUJEITOS DO PROCESSO DE ACESSORIA EM CAXIAS DO SUL

Quadro 5 – Sujeitos do processo de assessoria em Caxias do Sul

Ano	Grupo Técnico de Trabalho			Trabalhadores Sociais	
	UCS	FAS	CMAS		
2008	Professora/assistente social: 01	Assistentes Sociais: 02	Assistentes Sociais: 02	Entidades: 08	
	Assistente social: 01	Psicólogas: 02		Assistentes Sociais: 09	Psicólogas: 03
	Estagiária de SS: 03	Educadora Social: 01			
		Sociólogo: 01			
2009	Profa./assistente social: 02	Assistente Social: 02	Assistentes Sociais: 02	Entidades: 06	
	Profa./psicóloga: 01	Psicóloga: 02		Assistentes Sociais: 07	Psicólogas: 04
	Profa./cientista política: 01	Educadora Social: 01			
	Assistente Social: 01				
	Estagiária de SS: 01				
2010	Profa./assistente social: 02	Assistente Social: 02	Assistentes Sociais: 02	Entidades: 03	
	Profa./psicóloga: 01	Psicóloga: 02		Assistentes Sociais: 04	Psicóloga: 01
	Profa./cientista política: 01	Educadora Social: 01			
	Assistente Social: 01				
	Estagiária de SS: 01				

Fonte: Relatórios Técnicos do processo de assessoria (2008; 2010).

Nota: Elaborado pela autora da dissertação em 2012.

## APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ....., RG nº ....., abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “A CONTRIBUIÇÃO DA ASSESSORIA AOS TRABALHADORES SOCIAIS QUE ATUAM JUNTO AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS: estudo de caso na área da Assistência Social”, realizada pela pesquisadora, mestranda Lucia Teles, orientada pela prof. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa que consiste em identificar as contribuições da assessoria para a qualificação da intervenção profissional dos trabalhadores sociais que atuam junto às políticas sociais, dando visibilidade aos limites e possibilidades desta modalidade de trabalho na área da assistência social; verificar como a assessoria contribui para a qualificação da intervenção profissional dos trabalhadores sociais que atuam junto às políticas sociais; caracterizar o processo de assessoria realizado aos trabalhadores sociais da área da assistência social, em Caxias do Sul no período de 2008 a 2010, evidenciando se essa modalidade de trabalho possibilitou a qualificação da intervenção profissional; dar visibilidade as principais contribuições da assessoria no processo de qualificação da intervenção profissional dos trabalhadores sociais na área da assistência social.

Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar à pesquisadora qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos à instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia. Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora pelo fone 54 99381573 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 33.20.33.45.

Caxias do Sul, de 2012.

---

Participante

---

Lucia Teles

Pesquisadora mestranda

---

Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel

Pesquisadora responsável

## ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 30 de junho de 2011

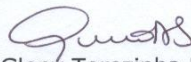
Encaminho o projeto de pesquisa **“A CONTRIBUIÇÃO DA ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL AOS TRABALHADORES SOCIAIS QUE ATUAM COM AS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”** da mestranda **Lúcia Teles** que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

- Sim  
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- Aprovado  
 Com pendências – anexar parecer  
 Não aprovado – anexar parecer

  
Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães  
Coordenadora da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

**Campus Central**  
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900  
Porto Alegre – RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606  
E-mail: [servico-social-pg@pucrs.br](mailto:servico-social-pg@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/fss/pos](http://www.pucrs.br/fss/pos)

**ANEXO B – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF. CEP-1338/11

Porto Alegre, 26 de agosto de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 11/05565 intitulado **“A contribuição da assessoria em serviço social aos trabalhadores sociais que atuam junto às políticas sociais públicas: estudo de caso na área da assistência social”**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider  
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.  
Profa. Ana Lucia Suarez Maciel  
FSS  
Nesta Universidade

**PUCRS**

**Campus Central**  
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000  
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)